

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELAINY CRISTINY BORBA DOS SANTOS

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PROPOSTA PARA UMA
EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS**

**Florianópolis
2006**

ELAINY CRISTINY BORBA DOS SANTOS

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PROPOSTA PARA UMA
EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Alexandre Zoldan da Veiga.

**Florianópolis
2006**

ELAINY CRISTINY BORBA DOS SANTOS

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PROPOSTA PARA UMA
EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:

Prof. Orientador Alexandre Zoldan da Veiga, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Prof. Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Prof. Eleonora Milano Falcão Vieira, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Florianópolis, 23 de agosto de 2006.

Prof.: Elisete Dahmer Pfitscher, Dra
Coordenador de Monografia - UFSC

Dedico este trabalho:

*aos meus pais, **Elson e Dalva**,
que me deram o bem mais precioso do mundo: a vida.
Ao meu esposo **Silva**, que me apóia em meus sonhos.
e se faz parte fundamental em minha vida.
Ao meu filho, que com certeza impulsionou
a minha determinação em concluir esse trabalho.
Às minhas irmãs, ao meu irmão, cunhadas e amigos,
por estarem sempre comigo.*

Acreditar é preciso

Era uma vez
Um lugar bem distante
E ao mesmo tempo aqui
Há muitos e muitos anos
E ao mesmo tempo agora

Um grupo de cavaleiros viajando na noite escura
Com seus cavalos já cansados
subiam uma montanha pedregosa e íngreme

A exaustão e o desânimo estavam presentes em
todos os membros do grupo

O desejo de todos era parar e dormir
Mas a viagem não podia ser interrompida

Nisto, uma forte voz surgiu, vinda dos céus como um trovão
mandando que desmontassem de suas montarias
enchessem suas sacolas com as pedras que havia no chão
e só depois disso continuassem a viagem
e alertou que ao amanhecer estariam
alegres e tristes ao mesmo tempo

Alguns desmontaram, outros não
Uns pegaram muitas pedras
Outros poucas
E alguns vencidos pelo cansaço,
desânimo e descrença nenhuma pedra.

Sem muita demora seguiram viagem.
Ao amanhecer conforme a voz anunciara estavam
alegres e tristes ao mesmo tempo

Uns alegres porque não eram pedras comuns,
eram diamantes
Outros tristes porque ficaram arrependidos
de não pegarem mais pedras

E ainda outros por não terem recolhido nenhum diamante
Preferindo dormir ao invés de recolher os diamantes

Assim também é a vida
As vezes não enxergamos as coisas no escuro
e deixamos de aproveitar as oportunidades

Muitas vezes temos diamantes em nossa frente
mas preferimos a acomodação
Ao invés do trabalho de garimpar
verdadeiras jóias de oportunidades passam
diante de nós e deixamos escapar

Depois falamos
Mas pensei nisso
Essa idéia era minha
Como deixei escapar essa oportunidade

Aí vemos que alguém garimpou mais,
acreditou, criou, trabalhou,
persistiu e colheu realmente os diamantes
Autor desconhecido

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é símbolo de todo meu esforço para receber o reconhecimento, respeito e consideração de todos aqueles a quem presto estes agradecimentos.

A **Deus**, por ter me dado força e coragem para a realização de mais esta conquista.

A minha mãe, **Dalva Pereira Borba** agradeço por todo amor, carinho, educação, incentivo e por todas as palavras amigas recebidas até hoje.

Ao meu pai, **Elson Luiz Borba**, por me tornar uma pessoa digna, correta e leal aos bons princípios.

Ao meu esposo **Laurino Silva dos Santos Filho**, pelo amor, carinho, dedicação, companheirismo, pelas palavras de amizade e por não medir esforços para me apoiar durante este estudo.

Ao meu filho **Jhonatan Raupp Borba dos Santos**, peço que entenda os momentos em que lhe faltei, por necessitar concretizar esta conquista.

As minhas irmãs, **Olga Raquel Borba e Renata Maria Borba** agradeço por serem estas pessoas tão importantes em minha vida.

Ao meu irmão, **Carlos Renato Borba** agradeço por ser tão companheiro, sempre que precisei.

Aos meus amigos de graduação pela amizade durante todos esses anos. Principalmente à: **Giselle, Lucimari, Patricia, Ana Paula, Thaís e Gabriella**, pelo companheirismo dedicado ao longo do curso.

Ao professor **Alexandre Zoldan da Veiga**, que desempenhou um papel fundamental na elaboração deste estudo, dando-me segurança durante toda esta jornada e tornando esse trabalho possível.

Aos demais professores do curso, que muito contribuíram para minha formação acadêmica.

Concretizo mais uma etapa em minha vida, enriquecida pelo apoio de familiares, amigos, mestres e colegas em geral.

RESUMO

O planejamento tributário é uma das ferramentas gerenciais das quais os empresários devem utilizar, visando reduzir a carga tributária que incide nas instituições. Tendo como meta a melhor aplicação de um planejamento tributário, este trabalho foi aplicado na tributação de uma empresa do comércio varejista de calçados. Tendo como base, as contribuições de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), assim como são objetos do estudo as seguintes tributações: pelo regime de lucro presumido e do lucro real. Essa análise será concluída com a avaliação da melhor forma de tributação com a ótica de um planejamento tributário plausível e vantajoso. O método científico utilizado neste estudo é o da pesquisa descritiva que investiga embasada nos especialistas da área tributária, fiscal e contábil que subsidiaram com ensinamentos primordiais, para a concretização desse trabalho. O trabalho monográfico apresenta os cálculos dos seguintes tributos: IRPJ; CSLL; PIS e do COFINS numa empresa do ramo calçadista e verifica qual a melhor modalidade de tributação para a instituição estudada, vislumbrando uma redução significativa na carga tributária e agregando valor ao elaborador do planejamento tributário, através do conhecimento obtido com o estudo.

Palavras-chave: Tomada de Decisão. Lucro Real. Lucro Presumido.

ABSTRACT

Tributary planning is one of the management tools through which businessmen must make useful, aiming at to reduce tributary duty that the institutions are obligated to pay for. Aiming at a better application of a tributary planning, this work searched to centralize in taxation of some footwear retail company, having as support the contributions of Programa de Integração Social (PIS) and of Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (COFINS). We still have as an object of study, the taxation by the concealed profit and real profit regime. That analysis will be concluded in evaluating the best way of taxation with the optics of a plausible and profitable tributary planning. The scientific method used in this study was the descriptive research, which investigates, based on specialists in tributary, fiscal and accounting area, which have subsidized the primordial trainings for the conclusion of this work. This monographical paper will provide the computation of the following tributes: IR, CSLL, PIS, and COFINS, in a footwear company which will verify which modality of taxation for the institution studied, discovering a meaningful reduction on the tributary tax and aggregating value to the tributary planning elaborator, with the knowledge obtained with the study.

Key Words: Decision Taking, Real Profit, Conceited Profit

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Cálculo do Imposto de Renda pelo lucro real.....	43
QUADRO 2 – Cálculo da CSLL para o lucro real	44
QUADRO 3 - Cálculo da Contribuição Social – lucro presumido.....	44
QUADRO 4 – Cálculo do IRPJ e da CSLL – lucro presumido	46
QUADRO 5 – Exemplo de Parcelamento pelo lucro presumido	48
QUADRO 6 – Demonstrações dos Resultados dos exercícios estudados.....	56
QUADRO 7 – Evolução do faturamento e do lucro da empresa.....	56
QUADRO 8 – Cálculo do IRPJ e da CSLL – lucro presumido	57
QUADRO 9 - Análise do PIS e COFINS, com base na opção do lucro presumido	58
QUADRO 10 – Cálculo do lucro real trimestral do IRPJ e CSLL	59
QUADRO 11 – Cálculo do lucro real trimestral do PIS e COFINS.....	60
QUADRO 12 - Cálculo do imposto de renda (mensal).....	61
QUADRO 13 - Cálculo da contribuição Social (mensal).....	62
QUADRO 14 - Cálculo mensal do PIS/COFINS.....	63
QUADRO 15 - Continuação do cálculo mensal da PIS/ COFINS.....	64
QUADRO 16 – Comparação por imposto no lucro presumido	65
QUADRO 17 - Comparação por imposto no lucro real trimestral	65
QUADRO 18 - Comparação por imposto no lucro real anual (mensal)	66
QUADRO 19 – Análise final da tributação mais vantajosa	66
QUADRO 20 – Variações de desembolsos	67

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Funções de uma empresa comercial	23
FIGURA 2 - Carga tributária x dívida líquida do setor público	55

LISTA DE SIGLAS

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ART.	Artigo
BP	Balanço Patrimonial
CF	Constituição Federal
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MP	Medida provisória
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social

RIR	Regulamento do Imposto de Renda
SELIC	Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para Títulos Federais
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
SRF	Secretaria da Receita Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Tema e Problema	16
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivos Gerais.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Justificativa do Estudo	18
1.4 Metodologia	19
1.5 Limitações	20
1.6 Estrutura do Trabalho	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 Funções de uma Empresa Comercial	22
2.2 Planejamento	24
2.3 Planejamento Tributário	25
2.4 Benefícios do Planejamento Tributário	27
2.5 Noções Básicas sobre Tributos	28
2.5.1 Conceitos Fundamentais	29
2.5.1.1 Fato Gerador	29
2.5.1.2 Sujeito Ativo	30
2.5.1.3 Sujeito Passivo	30
2.5.1.4 Período de Apuração	30
2.5.1.4.1 Apuração Trimestral	31
2.5.1.4.2 Apuração Anual	31
2.5.1.4.3 Pagamento por estimativa (mensal).....	32
2.5.1.5 Base de Cálculo	33
2.5.1.6 Alíquota.....	34
2.5.1.7 Contribuinte ou Responsável	34
2.5.1.8 Pessoa Jurídica.....	34
2.5.1.9 Domicílio Fiscal	35
2.6 Classificação do Tributo.....	36
2.6.1 Impostos	36
2.6.2 Taxas	37

2.6.3 Contribuições de Melhoria	37
2.6.4 Contribuições Sociais	38
2.6.4.1 Programa de Integração Social (PIS)	38
2.6.4.2 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	41
2.6.4.3 Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)	42
2.7 Modalidades de Tributação	45
2.7.1 Lucro Presumido	45
2.7.2 Lucro Real	48
3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DO RAMO	
CALÇADISTA	52
3.1 Ramo Calçadista	52
3.2 Peculiaridades da Empresa	53
3.3 Apresentação Prática do Estudo de Caso	55
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, são feitas considerações sobre o tema e o problema da presente pesquisa. Na seqüência, constam os objetivos gerais e específicos do trabalho, e ainda será evidenciada a justificativa, a metodologia utilizada, as limitações da pesquisa e, por último, a delimitação da estrutura do trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Devido à globalização e à competição acirrada do mercado tanto em âmbito internacional, quanto nacional, estadual ou municipal, é necessário que as empresas busquem estratégias de gestão, visando sua sobrevivência nesse novo mercado. Sendo assim, as empresas necessitam concentrar esforços e buscar novos caminhos para fazer frente à concorrência.

Esclareça-se que, no mercado atual, a falta de planejamento e controle de custos nas empresas pode ser um fator limitante no seu desenvolvimento, uma vez que isso dificulta a visualização da necessidade de novos investimentos, provocando perda de competitividade no futuro de seus negócios.

Os custos tributários, por sua vez, são importantes, visto que a excessiva carga tributária pode provocar uma redução no ritmo operacional das empresas, devido à queda no consumo ocasionada pelo peso dos tributos em cada uma das etapas produtivas da sua cadeia de valor.

Em 2004, por exemplo, a carga tributária brasileira ficou em 36,74% do PIB e esse ano deve chegar a 38%, acima de países como Alemanha, com 36,4% e Japão, com 21%. No Brasil, 50,4% dos tributos incidem sobre os preços de produtos básicos sobre alimentos, higiene pessoal e remédios. Nos Estados Unidos 16,2% dos tributos influenciam o preço desse grupo de produtos. No Reino Unido, essa participação é de 32,6% (TRIBUTUS, 2005).

Vale ressaltar que, no Brasil, as empresas sofrem incidência de diversos tributos que estão em vigor, conforme, anexo I. Perante a quantidade excessiva de tributos, as empresas precisam se munir de respaldo técnico para que, de forma lícita, reduzam o peso dessa carga tributária.

O entendimento da gestão tributária é importante para as empresas, pois é com embasamento teórico e através de conhecimentos práticos das aplicações dos tributos que se

conseguem fazer estudos prévios de alternativas tributárias. A partir disso, o contribuinte pode escolher de forma lícita pela opção menos onerosa. À medida que estiver sendo assessorado nessa área, o empresário tende a estar em vantagem competitiva com relação aos seus concorrentes.

O sistema tributário brasileiro dá a oportunidade de fazer a opção pelos seguintes critérios anualmente: lucro real, lucro presumido e o SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), sendo que o último não será verificado neste trabalho. A opção ocorrerá no início do ano fiscal coincidente com o ano civil no Brasil. Para uma gestão tributária eficaz é interessante que a empresa faça projeções de suas despesas de modo a verificar a melhor forma de tributação. O critério pode variar, dependendo de diversos fatores: aumento ou redução de sua participação no mercado; variação de seu faturamento; situação econômica do país; alterações na legislação; e mudança de foco no mercado.

Diante das modalidades de enquadramento das empresas para efeito de cálculo e recolhimento de impostos, questiona-se, como problema da presente pesquisa, o seguinte:

Qual a melhor forma de apuração do valor do IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para uma empresa de comércio varejista calçadista: a opção pelo lucro real ou pelo lucro presumido?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar a escolha do enquadramento, da modalidade de cálculo e do recolhimento dos impostos e das contribuições, através do planejamento tributário.

1.2.2 Objetivos específicos:

- caracterizar empresa comercial varejista;
- apresentar os benefícios do planejamento tributário para uma empresa comercial varejista;
- demonstrar o essencial no planejamento tributário para uma empresa do comércio calçadista se manter competitiva na atualidade;

- buscar pontos inerentes ao lucro real com apuração trimestral; lucro real apuração mensal e lucro presumido.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A discussão sobre o formato e, principalmente, o peso que a carga tributária exerce sobre o país parece ter chegado para ficar. Segundo Martinez (2002),

com o mercado competitivo e recessivo e o aumento de concorrência entre as empresas nacionais, o planejamento tributário assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois, quando se analisam os balanços dessas, percebe-se que os encargos relativos a tributos são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção ou comercialização.

Esta pesquisa busca contribuir, sob o ponto de vista teórico, no sentido da utilização dos conceitos e da aplicação na área fiscal visando a redução de impostos, conteúdo que é tratado de forma esparsa nas bibliografias que tratam dos procedimentos legais e também de sua aplicação e com isso trazer informações pertinentes e auxiliar no processo de elaboração do planejamento tributário.

Situações vantajosas podem ser encontradas quanto à obrigatoriedade de pagamento do tributo na data do vencimento, postergá-lo através das variadas formas de operar, seja por falta de disponibilidade financeira naquela data, por alguma outra opção que traga mais rentabilidade naquele momento, ou outra opção mais relevante para a empresa, tendo em vista que o conhecimento exato das obrigações tributárias das empresas e das diversas alternativas de procedimentos relativos aos tributos é um diferencial competitivo.

Os benefícios do planejamento tributário são muitos, todavia a mensuração dos prováveis resultados não são fáceis de se obter. Sendo assim, esta pesquisa visa contribuir, sob o ponto de vista prático, em demonstrar ao gestor da empresa de comércio calçadista a forma de tributação menos onerosa para seu ramo de atividade. Reduzindo a carga tributária, obtêm-se aumento nos lucros e dessa forma, o empresário pode investir em qualificação da mão-de-obra, crescimento da organização, entre outros.

A problemática envolvida na questão tributária brasileira vai além dos custos causados às empresas. Os tributos refletem na vida econômica da população. Nesse sentido, a aplicação do planejamento tributário, abordado nesta pesquisa, contribuirá também para a

sociedade, uma vez que o peso dos tributos direta ou indiretamente afeta a remuneração de todos os trabalhadores. Além disso, no final da cadeia produtiva são os consumidores que arcam com o peso dos tributos embutidos nos bens e serviços. Desse modo, o planejamento tributário quando estruturado de forma adequada, irá proporcionar um aumento na sua renda indiretamente.

1.4 METODOLOGIA

Assim, para o enunciado do problema de pesquisa, bem como dos objetivos que se busca alcançar, partir-se-á do desenvolvimento de uma pesquisa descritiva, consultando, principalmente, publicações sobre o assunto pesquisado.

De acordo com Andrade (2002, apud RAUPP & BEUREN, 2003, p 81), a pesquisa descritiva “preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Dentro dos preceitos de um estudo descritivo, este trabalho será dividido em duas etapas: revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, a fim de que o pesquisador entre em contato e ao mesmo tempo se atualize sobre o desenvolvimento do conhecimento na área de interesse, evitando, assim, que sejam investigadas questões já anteriormente respondidas.

A tipologia da pesquisa será o estudo de caso, pois esse trabalho visa o aprofundamento num caso específico que será o planejamento tributário em uma empresa de comércio calçadista. A empresa a ser estudada terá nome de “XWZ Comércio de Calçados Ltda” que atua na Grande Florianópolis e está no mercado há 20 anos, sendo composta por uma matriz e quatro filiais.

O estudo de caso, conforme Borges (2006),

é um dos métodos de pesquisa qualitativa, um estudo detalhado, em profundidade e com o máximo de detalhes, de uma **única e específica** instância ou evento (*i.e.*, caso), possibilita compreender como aquele caso se desenvolveu (em sua plenitude e complexidade), não permite comprovar hipóteses (sentido Popper), possibilita elaborar questões de pesquisa, formular hipóteses, sugerir grandezas mensuráveis, métricas, instrumentos de coleta de dados etc.

Becker (1999, p. 117) explica que o estudo de caso vem,

da tradição de pesquisa médica e psicológica, onde se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada: o método supõe que se pode adquirir do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso.

A abordagem metodológica que será utilizada para a análise e interpretação dos dados é mista, qualitativa e quantitativa. Conforme Giovinazzo (2001),

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada e não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Esse estudo, embora tenha a natureza qualitativa para coleta e tratamento de dados, também se centraliza no exame de certas especificidades, de suas relações e de suas variações e, assim se irá recorrer a métodos quantitativos.

Richardson (1989, p. 29) explica que,

o método quantitativo, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Dessa forma, o estudo se caracteriza como descritivo, pois visa apenas conhecer e descrever o comportamento da tributação, visando projetar estratégias de gestão tributária, devendo ainda ser ressaltado que o pesquisador não exerce controle sobre os dados da pesquisa e ainda o estudo será de abordagem qualitativa e quantitativa, e desenvolvido por meio de estudo de caso, que é o aprofundamento num caso específico e individual .

1.5 LIMITAÇÕES

Sabendo da extensão tributária, essa pesquisa vai se ater ao estudo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, devidos pelas empresas calçadistas tributadas pelo lucro real ou presumido, que estejam na mesma situação da empresa estudada. Porém, elucida-se que, além dessas formas de tributação, temos outras duas: lucro arbitrado e Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), sendo que essas duas últimas formas de tributação não serão objeto desse estudo.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em quatro (04) capítulos, compreendidos em:

No capítulo 1 apresenta-se o tema, problema, objetivo geral e objetivos específicos, a metodologia, as limitações da pesquisa e a própria estruturação do trabalho.

No segundo capítulo, nomeado de fundamentação teórica, serão tratados assuntos tais como: funções de uma empresa comercial, conhecimento introdutório ao planejamento de maneira geral, sobre planejamento tributário, conceitos, etapas, seus benefícios para uma empresa comercial, e ainda será dada ênfase ao estudo aplicado as particularidades dos tributos que estão em estudo: IRPJ, e Contribuições, tais como, CSLL; do PIS e COFINS, nos sistemas de tributação que serão objeto desse estudo.

No Capítulo 3, chamado de planejamento tributário em uma empresa calçadista, de acordo com o estudado no capítulo 2, é aplicado um planejamento tributário numa empresa do ramo calçadista, onde se pretende avaliar, de acordo com a legislação contábil e fiscal, a melhor forma de tributação, lucro real ou lucro presumido, com o objetivo de se obter uma menor carga tributária.

No Capítulo 4, apresentam-se as conclusões obtidas com a realização desse estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, inicialmente serão caracterizadas as funções de uma empresa comercial. Na sequência, discute-se sobre planejamento de uma forma geral e suas diversas formas, com ênfase no planejamento tributário. E também serão demonstrados alguns conceitos e definições, que estejam incutidos nos tributos, sobretudo os que sejam objeto desse estudo.

2.1 FUNÇÕES DE UMA EMPRESA COMERCIAL

A origem do comércio veio da ocorrência de escambo, que era a necessidade de ocorrer transações de trocas entre as pessoas, se uma pessoa necessitasse de açúcar e soubesse quem poderia lhe fornecer, iria trocar por algo, e quem possuía o açúcar, trocava isso por algo que desejasse, e foi esse mercado de trocas que deu origem ao que conhecemos hoje como mercado.

Martins (1997, p. 2) menciona que:

hoje se entende por venda apenas a troca de mercadorias por dinheiro, sendo a permuta de uma mercadoria por outra chamada simplesmente de troca, facilitou grandemente, como é óbvio, a circulação de riquezas. E a atividade consiste em pôr em circulação as mercadorias, adotando esse mecanismo, se deu o nome de comércio, tendo como figuras centrais as pessoas que servem de intermediárias entre os produtores e consumidores, isto é, pessoas que adquirem dos produtores aquilo que eles possuem e colocam esses bens à disposição dos consumidores, trocando-os sempre por dinheiro.

Com o advento da Revolução Industrial, segundo Hendriksen (1999, p. 47),

começaram a surgir especialistas em contabilidade. O caminho foi aberto em Edinburgo, cujo anuário municipal de 1773 indicava a existência de sete contadores. No início do século XIX, ainda havia menos de 50 contadores públicos registrados nas listas das principais cidades da Inglaterra e da Escócia. Esses números cresceram rapidamente após a aprovação da Lei das Companhias em 1844, que passou a exigir balanços aprovados por auditores.

Ângelo (1994, p. 14) afirma que “o maior grau de importância atribuído ao comércio prende-se ao fato de que este segmento é o responsável pela maior participação no produto, combinado com o elevado número de empresas”.

Diante disso, pode-se verificar que o comércio é um setor promissor, visto que tem uma importância elevada no crescimento econômico de uma população, pois desenvolve o crescimento do emprego e com isso, as desigualdades econômicas existentes seriam reduzidas, mas deve-se verificar que o incentivo a esse ramo empresarial poderia ser maior, com redução da carga tributária, entre outras ações dos órgãos governamentais.

A empresa comercial acumula diversas funções, conforme a figura 1, ela adquire e comercializa mercadorias e serviços, além de necessitar de controles na sua organização, em todas essas funções estão incluídos os custos, despesas e receitas inerentes a cada uma dessas, o que no final de seu ciclo operacional lhe trará o lucro ou o prejuízo, fazendo com que as empresas se obriguem a planejar suas ações para obter o máximo de proveito de suas atividades para atingir o resultado desejado.

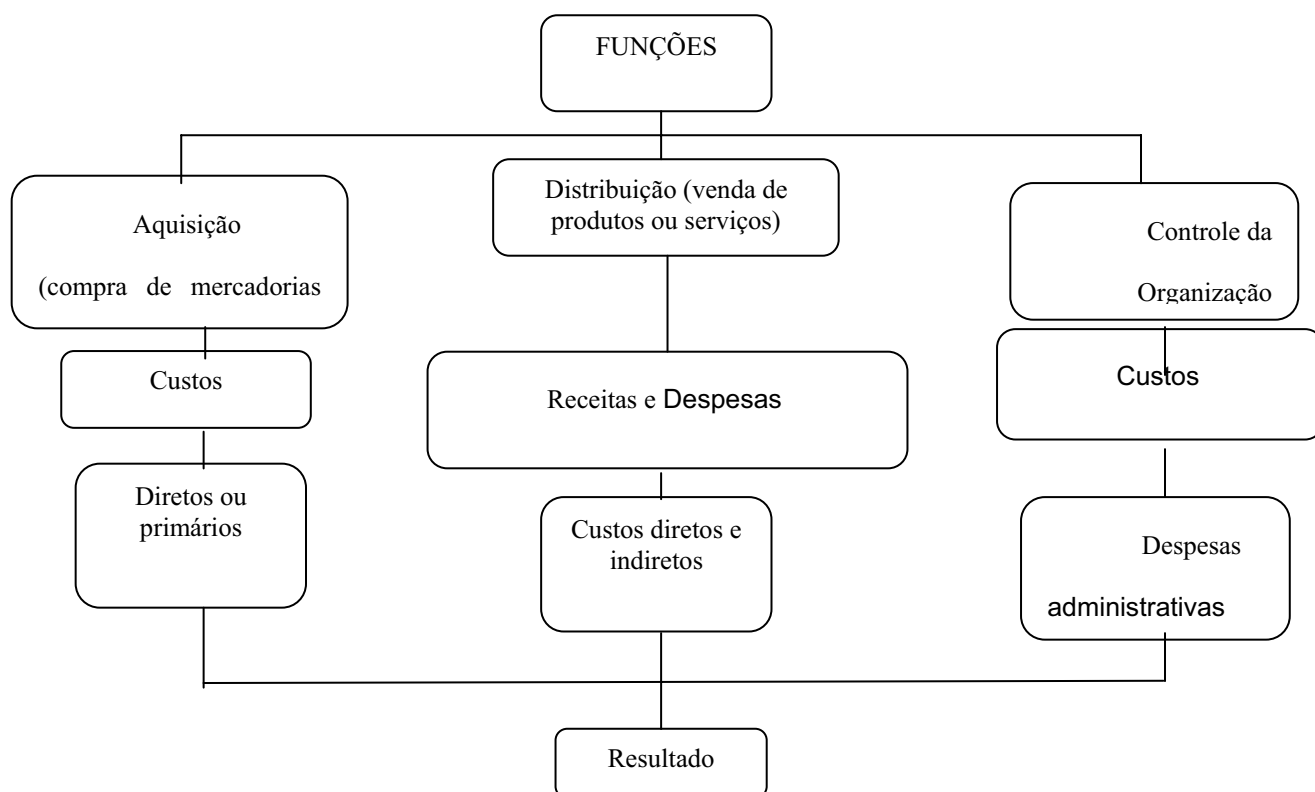


FIGURA 1: Funções de Uma Empresa Comercial

Fonte: Adaptado de IOB, 1998.

Na seqüência, serão apresentadas as formas de planejamento que estão disponíveis para empresas, podendo ser utilizadas como suporte para a tomada de decisão, visando sempre o maior grau de segurança possível nessas ações.

2.2 PLANEJAMENTO

As organizações, para manterem-se competitivas, devem planejar suas ações a fim de sempre escolher a decisão mais vantajosa, pensando no futuro e com isso evitando prováveis problemas.

Jucius (1976, p 65) diz que:

o planejamento é a função administrativa de determinar adiantadamente o que um grupo deve fazer e quais as metas que devem ser atingidas. Isto não implica que os que não são administradores não planejam; eles com certeza o fazem; mas o fazem por si mesmos. Um administrador planeja o trabalho dos outros. Ele segue o que Frederick Taylor argumentou ser um princípio essencial da administração, isto é, separar o planejamento do desempenho.

O planejamento é uma ferramenta que tem uma importância vital para as organizações na atualidade, pois para uma gestão ser bem sucedida não se admite a falta de previsões, sendo necessário que o gestor no seu processo de tomada de decisão busque formas de planejar suas ações, visando a redução de erros dessa improvisação, pois seu custo na economia de hoje é muito alto.

O planejamento pode ser utilizado dentro de uma organização de pelo menos quatro maneiras diferentes: com foco estratégico, tático, operacional e tributário.

O Planejamento estratégico analisa a empresa em conjunto, tendo como foco os acontecimentos futuros, busca alcançar suas expectativas ampliando os rumos a serem escolhidos e optando pela melhor alternativa, busca resumir ao máximo as informações para um melhor entendimento, pois visa a disseminação da informação.

Para Wight (1994, p 1) o planejamento estratégico,

é um processo em andamento e concentra-se intensamente no cliente. O planejamento estratégico orienta decisões e ações. Os funcionários de todos os níveis conseguem expressar a missão da empresa, sua visão para o futuro e sua orientação estratégica geral.

Por sua vez no planejamento tático o conteúdo da empresa é menos genérico, sendo utilizado mais para uma visão departamental da empresa, subdividindo a empresa em setores e analisando-os separadamente, denota uma visão de médio prazo.

Na visão de Santos (1985, p 141) “o planejamento tático, representa um elo de ligação entre as tomadas de decisões estratégicas de longo prazo, feitas pela alta administração e as decisões correntes, tomadas pela gerência média”.

O planejamento operacional tem uma visão que busca analisar cada tarefa ou atividade executada na organização de maneira mais restrita, com isso sua meta é atingir resultado de curto prazo, olhando para o presente.

Oliveira (2005) define planejamento operacional dizendo que,

é feito para cada tarefa ou atividade, tendo como principais características: ser projetado para curto prazo, visando o imediato; envolver cada tarefa ou atividade isoladamente e preocupa-se com o alcance de metas específicas; ser definido para cada tarefa ou atividade; ser constituído geralmente por metas, programas, procedimentos, métodos e normas.

Os planejamentos mencionados anteriormente são instrumentos de auxílio ao gestor, e sendo utilizados simultaneamente auxiliam a entidade a atingir seus objetivos, bem como dão subsídios para a formulação de um planejamento tributário eficaz. O planejamento tributário será o objeto do estudo e devido á sua importância na pesquisa, será dispensada a ele uma seção em especial, tendo em vista que se faz necessário o aprofundamento no assunto, para um melhor entendimento do que seja e, sobretudo, de que forma se dará a realização de um planejamento tributário plausível.

2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário busca a redução da carga tributária da empresa, sempre de forma lícita, planejando suas decisões antes da ocorrência do fato gerador, e como os outros planejamentos, visa redução de custos e despesas.

Segundo Campos (1987, p 25), “o planejamento tributário é um processo de escolha porque pressupõe necessariamente a existência e a análise dos efeitos fiscais de duas ou mais alternativas possíveis”.

Esse tipo de planejamento tem, no Brasil, uma visão um pouco deturpada, pois vários empresários e leigos no assunto, pensam que os impostos são apenas alíquotas impostas e que não se pode fazer nada lícito buscando uma redução dessa carga. Entretanto, pode-se dizer que podem estar equivocados os que pensam dessa forma. Todavia, destaca-se que para alcançar esse objetivo é necessário conhecimento aprofundado da legislação vigente, além de sempre estar se informando das constantes alterações que ocorrem em nosso sistema tributário nacional.

Para Campos (1987, p 21),

muito empresário brasileiro tem uma visão simplista do imposto de renda, pensam tratar-se de uma inevitável e percentualmente fixa exigibilidade incidente sobre os lucros de sua empresa, razão pela qual não lhe dão a devida importância.

Para alcançar essa economia de forma lícita, a empresa possui diversas alternativas: pode reduzir o valor do imposto devido com algumas provisões que são permitidas pelo fisco, formas de depreciações antecipadas e legais, buscando a melhor alternativa de tributação da pessoa jurídica do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dessas entidades, existindo ainda outras formas de se buscar essa redução tributária.

Conforme Latorraca (1980, p. 25),

o objetivo do planejamento tributário é a economia de impostos de uma das seguintes formas: retardando ou impedindo a ocorrência do fato gerador; reduzindo o montante do imposto devido.

A seguir serão tratados os benefícios que o planejamento tributário pode fornecer às entidades, tendo em vista sua importância numa economia tão competitiva em que estão inseridas as empresas na atualidade. Assim a redução de custos e despesas torna-se cada vez mais vital para a sociedade, pois com essa competitividade ocorre a redução da margem de lucratividade fazendo com que busquem a redução de custos inclusive na esfera tributária.

2.4 BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA UMA EMPRESA COMERCIAL

Nessa seção serão objetos de discussão, os benefícios que esse planejamento pode dispor às organizações, pois com a redução da carga tributária a entidade tem: mais competitividade, maior margem de lucratividade; maior capacidade para fazer investimentos e consequentemente possibilitando crescimento para as empresas, buscando se consolidar no mercado atual.

Dantas (1998, p 123),

observa que no mundo moderno, é o exercício das atividades econômicas, que segundo o nosso pensar, implica a existência de empresa, o melhor indicativo da capacidade contributiva, mencionado expressamente, no dispositivo constitucional art. 145, § 1º., onde trata que o contribuinte deve arcar apenas com o que tem capacidade para cumprir.

De acordo com esse preceito constitucional, o contribuinte deve arcar apenas com a carga tributária que suportar, o que na realidade não ocorre, visto que muitas empresas reclamam da alta onerosidade tributária que pesa de forma ímpar no seu desenvolvimento, sendo um fator limitante para o crescimento delas, pois não conseguem fazer os investimentos dos quais necessitariam, e por vezes acabam encerrando suas atividades.

Segundo Waterhouse Prince, (1998 apud DANTAS, p. 123) destaca que:

realizou uma pesquisa, no início da década de 90, onde veio a constatar-se que já era do conhecimento comum dos meios de produção nacionais. Onde concluiu que de cada 100 grandes empresários, 70 apontaram a elevada carga tributária brasileira como a principal fonte dos problemas enfrentados por essas organizações.

Diante desse contexto de dificuldades ressalta-se que as organizações necessitam planejar suas decisões buscando redução de custos e neste aspecto com toda a certeza estão incluídos os tributários, onde a empresa deve planejar essa redução de forma preventiva, antes da ocorrência do fato gerador, visando uma economia lícita de tributo.

Para Constantino (2005),

não são poucos os que ainda acham que o empresário capitalista é o inimigo do trabalhador”. Esses leigos em economia acabam depositando confiança e poder nos

burocratas do Estado ou líderes sindicais, acreditando assim que estes irão proteger os interesses dos trabalhadores. O resultado é catastrófico.

O governo mostra para a população menos provida de informação uma visão paternalista de querer proteger os menos favorecidos, porém analisando friamente as decisões governamentais, pode ser verificado que estão mais preocupados com manobras políticas e arrecadação cada vez mais voraz de tributos do que realmente com o crescimento sustentável da economia e consequentemente da população.

2.5 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE OS TRIBUTOS

Mesmo que de maneira sutil, a partir de 1922, o imposto de renda iniciou sua arrecadação, conforme será apresentado a seguir, e aos poucos passou a ocupar o espaço que ocupa hoje, no sistema tributário nacional.

Conforme Baleeiro (2000, p 282),

no art. 3º da lei 4.625 de 31.1922, por iniciativa de Antônio Carlos, aparece o Imposto de renda em um simples dispositivo. Esse imposto começou sua arrecadação timidamente. Afinal preenchidas as lacunas do dispositivo por outro da lei nº. 4.728/23 e da Lei nº. 4.984/25, foi decretado em 1926, através do regulamento Sousa Reis, que se inspirou no tipo que se estava utilizando na França desde 1917. Os rendimentos foram classificados em categorias e recebiam tributação proporcional. A soma dos rendimentos constituía a renda bruta, que depois de certas deduções, se calculava o imposto complementar progressivo. Com a evolução, foi separado a tributação em pessoas físicas e jurídicas, onde se distribuía o que fazia parte das empresas do que era de seus proprietários, e fazendo a tributação para cada caso, e em 1955 iniciou-se o desconto na fonte para os rendimentos fixos.

Entende-se por tributo, a quantidade em dinheiro, devida pelos contribuintes ao Estado (Distrito Federal, União, Estados e Municípios), onde os contribuintes tem a obrigação de pagar, quando realizam determinados fatos geradores, que estão previstos na legislação vigente.

O CTN no art. 3º. conceitua tributo como:

tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Com base neste artigo, podemos inferir que o tributo tem algum vínculo que o faz ser legalmente obrigatório, e que o seu pagamento deve ser realizado sob a forma de moeda corrente nacional.

2.5.1 Conceitos Fundamentais

A seguir serão apresentados alguns conceitos inerentes aos tributos, estão entre eles os seguintes: fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, período de apuração, base de cálculo, alíquota, contribuinte, responsável, pessoa jurídica, domicílio fiscal.

2.5.1.1 Fato Gerador

É a ocorrência que origina a obrigação tributária, pode ser principal ou acessória, se a obrigação for principal, está relacionada com a obrigação de pagar em moeda corrente nacional, se for secundária estará inserida no contexto da obrigatoriedade de prática ou a abstenção de algum ato que seja caracterizado por um dever administrativo. Exemplo: a obrigação tributária de entregar a declaração do Imposto de Renda, o seu fato gerador é configurado através do recebimento de salários e proventos.

O CTN, em seus artigos nº. 114 e 115, conceitua como sendo:

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

O fato gerador depende essencialmente que ocorra alguma coisa, como o resultado que venha de alguma atividade que esteja inserida no ciclo empresarial, decorrente de algum fato econômico, além disso tem que ser possível a sua determinação em algum período do tempo e por último que ocorra a obrigação de fazer ou pagar, a qual depende diretamente da ocorrência dos dois fatos citados anteriormente. Exemplificando, têm-se uma loja de calçados e no decorrer do seu dia de funcionamento, ocorrem diversas vendas, o momento do fechamento de cada uma dessas vendas, seria a ocorrência de um fato gerador da obrigação tributária, pois o fato gerador, só ocorre quando podemos identificar o tempo e o fato econômico em conjunto.

2.5.1.2 Sujeito Ativo

O sujeito ativo da obrigação tributária, é aquele que possui o direito de exigir que seja obedecida a legislação vigente e que a obrigação perante o agente público seja cumprida. O artigo 119 do CTN, define como: “Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento”.

Exemplificando sujeito ativo, temos a prefeitura municipal como sendo o sujeito ativo da obrigação tributária, quando se refere ao IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), tendo em vista que a mesma tem o dever e a autoridade, para exigir que o sujeito passivo da obrigação tributária (o contribuinte) assuma sua responsabilidade de efetuar o pagamento.

2.5.1.3 Sujeito Passivo

Sujeito passivo é aquele que tem a obrigação de efetuar o pagamento, a prestação pecuniária, ou qualquer que seja o ato a ele determinado, sendo também obrigações de ordem administrativa de fazer ou entregar algum documento que em primeira análise não configure prestação pecuniária.

O CTN, em seus artigos 121 e 122 fundamentam a análise feita anteriormente:

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 122. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

2.5.1.4 Período de Apuração

É um período pré-determinado, onde se realiza a contagem do montante a ser recolhido, este período pode variar de acordo com uma série de ocorrências que estão vinculadas ao tributo. Poderá ser mensal, trimestral, anual.

Conforme Winkler (2001, p.315),

a apuração do imposto, é um procedimento uniforme, por décadas ou aferição de lucros em balanço anual, de período social de doze meses, coincidente ou não com o ano-calendário, e arrecadação no exercício financeiro imediato, passou-se, em razão de circunstâncias e da conjuntura econômica, à formulação de normas que evidenciaram a necessidade de coincidência do período-base (doze meses) com o ano-calendário, mantendo-se, ainda prazos de arrecadação que não mais justificassem o postergamento no recolhimento tributário.

Á título de exemplificação temos a apuração trimestral, a qual tem por períodos de apuração datas estabelecidas anteriormente, são elas: nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, tendo a empresa auferido receitas identificadas dentro dos períodos mencionados, temos a ocorrência o fato gerador e após esse momento, têm-se o período de apuração o qual se dará nas datas acima.

2.5.1.4.1 Apuração Trimestral

A apuração se dará no final dos trimestres decorrentes do ano-calendário e sua opção poderá ser pelas seguintes formas de tributação: lucro real; lucro presumido e ainda lucro arbitrado. Se a forma de tributação for a do lucro real, deverá ser feito uma análise, pois a compensação de prejuízo que está previsto para esta modalidade de tributação está limitada em apenas 30% do lucro real do trimestre.

Segundo o RIR/99 - em seu art. 220: “O imposto será determinado com base no lucro real, presumido ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário (Lei nº. 9.430, de 1996, artigo 1º.)”.

2.5.1.4.2 Apuração Anual

Exceto algumas situações previstas em lei, quem realizar a opção por esse período de apuração deverá no último dia do exercício (31 de dezembro do ano a ser apurado), realizar a apuração do resultado do exercício em questão.

Segundo o RIR/99 - em seu art. 221

a pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto na forma desta Seção deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano (Lei nº 9.430, de 1996, artigo 2º, § 3º). Parágrafo único. Nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo 220, o lucro real deverá ser apurado na data do evento (Lei nº 9.430, de 1996, artigo 1º, §§ 1º e 2º).

Essa opção de período de apuração no lucro real tem ainda o respaldo de compensar completamente os prejuízos auferidos durante o decorrer do exercício financeiro que estiver dentro do ano-calendário.

Quem é optante pelo período de apuração anual, tem previsto determinadas deduções que o beneficiam, na busca de uma redução em sua carga tributária. Segundo o RIR / 99 - Decreto nº. 3.000 de 26 de março de 1999, em seu art. 231:

para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor (Lei nº 9.430, de 1996, artigo 2º, § 4º):

I - dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os respectivos limites, bem assim o disposto no artigo 543;

II - dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III - do imposto pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV - do imposto pago na forma dos artigos 222 a 230.

2.5.4.1.3 Pagamento por Estimativa

A pessoa jurídica, optante por este período de apuração tem o respaldo de apurar o lucro real apenas no final do exercício, pois o cálculo do imposto é realizado através de estimativa. Com isso, será apurada a diferença obtida entre o valor pago por estimativa e o valor do imposto com base no lucro real, sendo essa diferença superior ao realmente devido, será compensada no exercício subsequente, ainda existe a opção por receber esse valor através de restituição, que deverá ser requerida pelo contribuinte.

Segundo o RIR / 99 - em seu art. 222:

a pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto e adicional, em cada mês, determinados sobre base de cálculo estimada (Lei nº. 9.430, de 1996, artigo 2º.). Parágrafo único. A opção será manifestada com o pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro ou de início de atividade, observado o disposto no artigo 232 (Lei nº. 9.430, de 1996, artigo 3º., parágrafo único).

O imposto pago mensalmente, determina alguns benefícios à título de deduções, para que o gestor tributário, possa realizar uma economia lícita de tributos, para a empresa, como caracteriza o RIR/99 - em seu art. 229 e seu parágrafo único regulamenta:

para efeito de pagamento, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto apurado no mês, o imposto pago ou retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo, bem como os incentivos de dedução do imposto relativos ao Programa de Alimentação do Trabalhador, doações aos Fundos da Criança e do Adolescente, Atividades Culturais ou Artísticas, Atividade Audiovisual, e Vale-Transporte, este último até 31 de dezembro de 1997, observados os limites e prazos previstos para estes incentivos (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 34, Lei nº. 9.065, de 1995, artigo

1º., Lei nº. 9.430, de 1996, artigo 2º., e Lei nº. 9.532, de 1997, artigo 82, inciso II, alínea "f").

Parágrafo único. No caso em que o imposto retido na fonte seja superior ao devido, a diferença poderá ser compensada com o imposto mensal a pagar relativo aos meses subseqüentes.

Quem realiza a tributação com base no período de apuração mensal do IRPJ e da CSLL, poderá requerer os benefícios da suspensão, redução ou até mesmo da dispensa da obrigação de pagar o tributo, se conseguir comprovar por meio de balanço ou balancete do período (mensal), que já realizou pagamento do imposto superior ao devido. Conforme o RIR / 99 - em seu art. 230

a pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, através de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, inclusive adicional, calculado com base no lucro real do período em curso (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 35, e Lei nº. 9.430, de 1996, artigo 2º.).

§ 1º. Os balanços ou balancetes de que trata este artigo (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 35, § 1º.):

I - deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no Livro Diário;

II - somente produzirão efeitos para determinação da parcela do imposto devido no decorrer do ano-calendário.

§ 2º Estão dispensadas do pagamento mensal as pessoas jurídicas que, através de balanços ou balancetes mensais, demonstrem a existência de prejuízos fiscais apurados a partir do mês de janeiro do ano-calendário (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 35, § 2º., e Lei nº. 9.065, de 1995, artigo 1º.).

§ 3º O pagamento mensal, relativo ao mês de janeiro do ano-calendário, poderá ser efetuado com base em balanço ou balancete mensal, desde que fique demonstrado que o imposto devido no período é inferior ao calculado com base nas disposições das Subseções II a IV (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 35, § 3º., e Lei nº. 9.065, de 1995, artigo 1º.).

§ 4º. O Poder Executivo poderá baixar instruções para aplicação do disposto neste artigo (Lei nº. 8.981, de 1995, artigo 35, § 4º., e Lei nº. 9.065, de 1995, artigo 1º.).

2.5.1.5 Base de Cálculo

Tem-se por base de cálculo o montante, no qual se aplica a alíquota de determinado tributo, com o objetivo de conhecer o valor a ser recolhido de tributo.

A Constituição Federal define em seu art. 146 que, “cabe a lei complementar não somente regular a base de cálculo, observando os princípios da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade, mas também definir claramente os critérios para a sua fixação”.

As bases de cálculos devem ser objeto de lei complementar, e os princípios constitucionais tributários observados. Além disso, a lei complementar que reger a base de cálculo deverá defini-la com cuidado de torná-la de fácil entendimento e que possa fazer com que os usuários, consigam obter de forma simples.

2.5.1.6 Alíquota

Entende-se por alíquota o percentual que é aplicado sobre a base de cálculo específica, sem deixar de observar que a alíquota será determinada em lei específica que regula o tributo.

A legislação que determina o percentual da alíquota, deve respeitar os princípios constitucionais tributários da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade, porém algumas atividades como a importação e exportação de produtos industrializados, operações financeiras e as contribuições sociais, não se enquadram no estipulado anteriormente, até mesmo por questões de controle da economia numa situação emergencial, conforme a determinação da Constituição Federal de 1988, em seu §1º., art. 153 e § 6º., art. 195 que:

art. 153. [...] §1º. é facultado ao Poder Executivo, atendida as condições e limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, I, IV e V.

Art. 195. [...] § 6º. as contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

2.5.1.7 Contribuinte e Responsável

Contribuinte é aquele cuja a sua obrigação é o recolhimento do tributo, e ela se faz presente após a ocorrência do fato gerador, porque o contribuinte está diretamente associado a obrigação. O responsável é aquele que por força de lei, fica obrigado ao recolhimento do tributo, até mesmo quando o desembolso tributário seja arcado pelo contribuinte.

A conceituação dada pelo CTN em seu art. 121, sobre Contribuinte e Responsável é a seguinte:

Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação diz-se:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

2.5.1.8 Pessoa Jurídica

Pessoa jurídica é constituída por diversas formas sejam individuais ou coletivas, e com fins lucrativos ou também as que não tenham fins lucrativos, que seja nela encontrada

direitos e obrigações inerentes, e que não se pode associar aos direitos e obrigações de pessoas naturais que as originou. A pessoa jurídica tem sua vida, sem ligação com a vida da pessoa física, isso é importante e necessário para a sobrevivência da entidade.

Para Winkler (2001, p 217) pessoa jurídica é:

uma entidade, um patrimônio com personalidade própria, uma ficção, criada pelo Direito, capaz de exercer direitos e contrair obrigações, que não podem ser confundidas com os direitos e obrigações das pessoas naturais que as constitui.

Baleeiro (2000, p 319) conceitua pessoa jurídica como sendo,

as firmas civis ou comerciais, sejam individuais ou coletivas, domiciliadas no Brasil e dedicadas habitual e profissionalmente a fins especulativos de lucro e sujeitas a imposto não discriminado, quaisquer que sejam as fontes ou a natureza de seus proventos, desde que superiores ao teto legal. Estão elas isentas, além das associações filantrópicas, sindicatos e associações estranhas a fins lucrativos, também as cooperativas, desde que não remunerem as diretorias, nem distribuam lucros. As companhias estrangeiras de navegação marítimo e aéreo gozarão da isenção na base da reciprocidade garantida, em seus países, às empresas semelhantes Brasileiras.

2.5.1.9 Domicílio Fiscal

A eleição do domicílio fiscal é ponto de extrema relevância para a iniciação da relação jurídica entre o contribuinte e o fisco. O contribuinte tem o direito de optar pelo domicílio, optando pela sede ou por outro lugar onde estiver estabelecidas suas operações, desde que isso não configure interesse em dificultar a arrecadação ou a fiscalização.

O RIR / 99 - em seu art. 212, onde trata do domicílio fiscal e dá algumas designações:

o domicílio fiscal da pessoa jurídica é (Lei nº. 4.154, de 28 de novembro de 1962, artigo 34, e Lei nº. 5.172, de 1966, artigo 127):

I - em relação ao imposto de renda:

- a) quando existir um único estabelecimento, o lugar da situação deste;
- b) quando se verificar pluralidade de estabelecimentos, à opção da pessoa jurídica, o lugar onde se achar o estabelecimento centralizador das suas operações ou a sede da empresa dentro do País;

II - em relação às obrigações em que incorra como fonte pagadora, o lugar do estabelecimento que pagar, creditar, entregar, remeter ou empregar rendimento sujeito ao imposto no regime de tributação na fonte.

§ 1º O domicílio fiscal da pessoa jurídica procuradora ou representante de residentes ou domiciliados no exterior é o lugar onde se achar seu estabelecimento ou a sede de sua representação no País (Decreto-Lei nº. 5.844, de 1943, artigo 174).

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras fixadas neste artigo, considerar-se-á como domicílio fiscal do contribuinte o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária (Lei nº. 5.172, de 1966, artigo 127, § 1º).

§ 3º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, neste caso, a regra do parágrafo anterior (Lei nº. 5.172, de 1966, artigo 127, § 2º.).

2.6 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

Os tributos são classificados em: impostos, taxas e contribuição de melhoria, ainda existem alguns autores que juntam a este conjunto os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais. A classificação na qual os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais não fazem parte do conceito de tributos, está descrita no art. 5º. do CTN, o qual conceitua como sendo: “Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria”.

A seguir serão tratados conceitos sobre os itens que compõe os tributos na visão do CTN: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, nessa ordem.

2.6.1 Impostos

Os impostos não necessitam de nenhuma ação por parte do contribuinte para a sua ocorrência, ele não possui controle, com relação ao fato gerador. Conforme o CTN, em seu art. 16 determina: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”.

Os impostos são algo que toda a população paga, mas não possuem a noção exata do quanto representa, pois a maior parte vem embutida nos preços e isso não é separado para o entendimento do consumidor do que ele está pagando de imposto e o que é realmente preço da mercadoria. De acordo com o site eletrônico, <http://www.deolhonoimposto.org.br>, o qual relata uma pesquisa (conforme anexo II) a cerca do conhecimento do contribuinte sobre imposto: “Esta pesquisa foi realizada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) encomendada à Ipsos/Opinion, em abril de 2005, revelou que 74% dos brasileiros não sabem o que é imposto. Dos 608 entrevistados, apenas 26% consideram “taxas e impostos” embutidos sobre tudo o que compram”.

Essa pesquisa mostra o desconhecimento que os contribuintes têm com relação aos tributos pagos por eles, esse comportamento acarreta algumas consequências relevantes, para a sociedade como um todo, pois não é possível identificar de uma forma simples o

aumento dos tributos, pois eles ocorrem de certa forma em “silêncio”. O que dificultada a percepção da população na identificação do seu real peso. Nessa mesma pesquisa, foi perguntado “que tipo de imposto você sabe que paga”, e apenas 10% do entrevistado mencionaram o Imposto de Renda, objeto deste estudo.

Um exemplo de imposto seria, o imposto sobre a energia elétrica, que é devido por todos aqueles que necessitam dela, sendo que a vontade de pagamento para esse imposto, não é facultada ao contribuinte, ele tem a obrigação pagar ao se utilizar da mesma, algo essencial nos dias de hoje.

2.6.2 Taxas

Esse tributo possui vínculo com algum serviço que tenha sido prestado ou até mesmo colocado à disposição do contribuinte e ainda para a autorização de funcionamento de alguns estabelecimentos.

O art. 77 do CTN conceitua taxa da seguinte forma:

tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Parágrafo único: a taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

Taxa é uma das espécies tributárias, que ocorre quando existe a necessidade de utilização de algum serviço desenvolvido pelo ente estatal, decorrido do seu poder de polícia ou na sua utilização, efetiva ou potencial, de um serviço público específico prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É um tributo vinculado, cuja ligação é imediata e direta, objetivando compartilhar a despesa pública com relação à atividade prestada pelo estado não com a sociedade em geral, mas com o contribuinte especificamente.

2.6.3 Contribuições de melhoria

As contribuições de melhoria ocorrem devido à prestação de serviço realizado pela administração pública, com relação às obras públicas, que beneficiam determinados

contribuintes. O CTN em seu art. 81 enfatiza que a contribuição de melhoria é o tributo “instituído para fazer face ao custo de obras públicas que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total, a despesa, e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

2.6.4 Contribuições Sociais

As contribuições sociais, foram inseridas em nosso sistema tributário com o advento da Constituição Federal de 1988, e foram instituídas com o objetivo de financiar as atividades sociais do governo, apesar de não serem enquadradas nas classes mencionadas pelo CTN, existem autores que as entendem como outra modalidade de tributo.

Segundo Oliveira (2003, p. 22):

Com a edição da Constituição Federal de 1988, surgiram para financiamento das atividades sociais as contribuições sociais, que, embora tenham sido tratadas no capítulo dos tributos, assumem as características destes para fazer face aos investimentos do governo nesse setor.

Atualmente, as contribuições do PIS e da COFINS, estão sendo regidas pela Lei nº 9.718/98. Assim como o PIS, a COFINS tem, também, incidência cumulativa e incidência não-cumulativa (Lei nº 10.833/2003) esses tipos de incidência serão mencionados no decorrer do estudo. A Contribuição do Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Fundo de Investimento Social (COFINS), serão também objeto de nosso estudo e serão explicadas de forma sucinta a seguir.

2.6.4.1 Programa de Integração Social (PIS)

Os contribuintes do PIS são as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive empresas prestadoras de serviços.

O fato gerador da contribuição para o PIS/PASEP é o faturamento mensal, assim sendo o total das receitas auferidas, sendo independente de que denominação faça parte ou até mesmo de que classificação contábil pertença.

Tendo por base de cálculo o total de todas as receitas. E ainda, trazendo em sua alíquota uma variação que depende da modalidade de tributação do contribuinte. Em fevereiro de 1999, a Lei nº 9.718/98, modificou a base de cálculo do PIS que passou a onerar todas as receitas, sem distinguir o tipo de atividade na qual a empresa esta inserida e o tratamento contábil que é despendido para estas receitas.

De acordo com Ferreira (2004, p. 212), “os tributos incidem em cascata, ou seja, estão presentes em todas as fases da cadeia produtiva. Portanto, o tributo incide desde a fabricação do produto até à venda ao consumidor final, sem a possibilidade de compensação da parcela paga na compra do mesmo”.

O PIS /PASEP tem como prazo para o recolhimento da contribuição o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao fato gerador, se neste não for possível o recolhimento, a antecipação do imposto deverá ser feita.

No PIS cumulativo é aplicada a alíquota de 0,65%, e tem como base de cálculo o faturamento mensal, esta alíquota está dentro da sistemática do lucro presumido. A cumulatividade do PIS /PASEP foi constituída através da Lei Complementar nº. 7 de 07/09/1970.

Com o PIS cumulativo, o contribuinte paga esse imposto em forma de cascata, pois em todas as etapas de circulação do bem ou do serviço da cadeia produtiva, recebem a obrigação de arcar com essa “oneração tributária”, sem ter a possibilidade de compensar o que foi pago nas passagens pelas etapas anteriores da cadeia produtiva.

Segundo Pêgas (2003, p. 168), algumas empresas permanecem com a sistemática do PIS cumulativo, sendo a alíquota de 0,65%.

são elas: as Instituições financeiras e equiparadas, Seguradoras, Securitizadora de Créditos, Empresas de Capitalização e Previdência Privada; as empresas tributadas pelo lucro presumido ou arbitrado; as pessoas jurídica imunes a impostos. (A Lei não citou as pessoas jurídicas isentas, o que conflita com o texto da MP 2.158-35); as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES; os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por Lei; as pessoas jurídicas que importem mercadorias do exterior e as vendam no varejo, diretamente aos consumidores finais, relativamente ao faturamento oriundo dessas vendas diretas; as operações com tributação monofásica e as sujeitas à substituição tributária do PIS; as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações; e, as receitas de revendas de veículos usados.

Conforme Pêgas menciona, essas empresas não têm a possibilidade de opção para a modalidade do PIS não-cumulativo, e portanto devem continuar com a forma de tributação com base na cumulatividade, sendo aplicada a alíquota de 0,65% .

Com a Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, as empresas tributadas pelo lucro real, receberam o benefício da não-cumulatividade, para a cobrança das contribuições para o PIS/PASEP sobre a receita bruta da vendas de bens e serviços e as demais receitas, onde será aplicada a alíquota é de 1,65%.

O PIS passou a receber créditos que reduzem a base de cálculo, entre eles estão: compras de insumos, energia elétrica, despesas com pessoas jurídicas, alugueis e etc, o tributo continua a ser aplicado sobre o faturamento porém recebe algumas deduções, o que leva esse tributo a não ser mais encarado como pago em cascata(cumulativo).

O art. 3º. da Lei nº. 10.637/2002, dispõe sobre os créditos que podem ser utilizados, Art. 3º. Do valor apurado na forma do art. 2º. a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a: “ I – bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º. do art. 1º., (...)”.

As entidades podem se beneficiar dos créditos relacionados pelo artigo 3º. da lei nº. 10.637/02 descrito anteriormente, com a finalidade específica de reduzir o pagamento do tributo, e até se isentar do recolhimento do mesmo, quando o crédito é maior do que o valor devido. Portanto, para a empresa apurar se tem valor a pagar ou não, ela terá de confrontar as receitas auferidas (faturamento) com os créditos tributários, que lhe demonstrarão sua situação se credora ou devedora.

O PIS/PASEP é aplicado sobre a folha de pagamento de funcionários da pessoa jurídica sem fins lucrativos e nessa ótica ainda se inclui as fundações, que pela legislação trabalhista se enquadrem com empregadoras, esta entidades são tributadas com base na alíquota de 1%.

Pêgas (2003, p. 167), relaciona que é contribuinte do PIS /PASEP sobre a folha de pagamento, e os menciona a seguir, são eles:

as entidades sem fins lucrativos, inclusive as fundações definidas como empregadoras pela legislação trabalhista. Estas entidades são basicamente as seguintes: Associações de classe; Clubes recreativos; Sociedades cooperativas, em relação às operações praticadas por cooperados; Entidades fechadas de previdência privada; Sindicatos; Condomínios residenciais e comerciais que possuem empregados; e instituições de assistência social que não realizem, habitualmente, vendas de bens e serviços.

O autor ainda salienta que, as entidades sem fins lucrativos e também as que não possuem empregados, ou seja que não se enquadram como empregadoras pela legislação trabalhista, não são obrigados a pagar este tributo.

2.6.4.2 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A (COFINS), foi regulamentada pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991. Os contribuintes são as pessoas de direito privado em geral, inclusive as pessoas a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, exceto as microempresas e as empresas de pequeno porte submetidas ao regime do SIMPLES.

O tratamento dado substancialmente ao PIS, no que se refere ao objeto de incidência que é o faturamento mensal, a irrelevância do tipo de atividade e da classificação contábil escolhida para o tratamento das receitas, o prazo de recolhimento, são em síntese os mesmos que são adotados para a COFINS.

Com isso pode-se notar que as duas contribuições (PIS não-cumulativo e COFINS não-cumulativo), mesmo sendo originadas de legislações distintas, são semelhantes, principalmente no que tange a base de cálculo, porque ambas devem apurar todas as receitas auferidas, com as adições e deduções previstas em lei.

Na COFINS cumulativa, é aplicada a alíquota de 3%, e tem por base de cálculo o faturamento mensal e demais receitas operacionais auferidas pela pessoa jurídica, a partir de 1999, com o advento da Lei nº. 9.718/98.

Segundo Pêgas (2003 p. 153), “A principal característica da COFINS é ser uma contribuição cumulativa, ou seja, incide em cascata, em todas as etapas da produção, onerando assim o preço final do produto”.

A cumulatividade da COFINS, traz para o consumidor final um acréscimo substancial no produto, pois o mesmo é tributado em todas as fases da cadeia produtiva, sem existir nenhuma compensação do valor pago anteriormente, esse benefício reduziria a carga tributária, tão sufocante nos dias de hoje.

A partir de 01/02/2004, a cumulatividade da COFINS termina para as empresas tributadas pelo lucro real, conforme a Lei 10.833/2003. Com isso, a COFINS passa a incidir de forma não-cumulativa.

A alíquota sofre um significativo aumento, passa de 3% para 7,6% sobre o faturamento mensal, que é a soma da receita bruta de vendas e demais receitas auferidas pela pessoa jurídica, porém a empresa poderá se utilizar dos créditos tributários, conforme menciona o art. 3º. da Lei 10.833/2003:

Do valor apurado na forma do art. 2º. a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação à:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º. do art. 1º.;

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes;

III - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica utilizados nas atividades da empresa;

V - despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e o valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

VI – máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;

VIII - bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento no mês ou do mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;

IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

2.6.4.3 Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os contribuintes da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), são aqueles domiciliados no país e os que lhe são equiparados pela legislação do imposto de renda. A contribuição social foi instituída para auxiliar na manutenção do Programa de Seguridade Social, como está determinado no art. 195 da CF que, “Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...)”.

A Lei nº. 8.981/95 em seu art. 57, diz que: “aplicam-se à contribuição social sobre o lucro as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda

das pessoas jurídicas”. Mas algumas observações se fazem necessárias, como por exemplo, a base de cálculo e as alíquotas determinadas pela legislação vigente devem ser respeitadas, e com isso, as pessoas optantes pelo lucro presumido, real ou arbitrado deverão recolher a contribuição social sobre o lucro, conforme seu modelo de tributação.

Quem é tributado pelo lucro real é enquadrado na base de cálculo da contribuição social que está vinculada ao lucro líquido ajustado, sendo assim, pode-se dizer que é o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações as quais a legislação vigente autoriza. A seguir o quadro com o exemplo de como foi calculado o IRPJ.

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA					
APURAÇÃO DO LUCRO REAL					
(Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	89.657,25	-42.369,11	658.351,08	477.213,70
2. (+) Adições	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
2.3 - CSLL	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		28.705,63		210.784,76	239.490,39
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	66.979,80	-42.369,11	491.831,12	288.016,29
7. (+) Imposto 15%		10.046,97		73.774,67	83.821,64
8. (+) Adicional (X - R\$ 60.000,00) *10%		697,98		43183,11	43.881,09
9.(=) Total a pagar- (7+8)		10.744,95	0,00	116.957,78	127.702,73

QUADRO 1 – Cálculo do Imposto de Renda– Lucro real

Fonte: Adaptado de: NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V.Contabilidade Avançada e análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Frase, 2002.

O quadro 1 se denota a forma de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com base na apuração trimestral, e ainda demonstrar a compensação de prejuízo na ordem de 30% do lucro real ajustado. E com essas verificações pode-se inferir que em apenas dois meses do exercício a entidade teve imposto a pagar no que tange o IRPJ e a adicional de IRPJ, no valor total de R\$ 127.702,73. A seguir será apresentado o quadro com o exemplo de como foi calculada a CSLL.

CÁLCULO DA CSLL					
APURAÇÃO DO LUCRO REAL					
(Valores em R\$)					
	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	Total
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
2. (+) Adições	0,00	0,00	1.191,87	0,00	1.191,87
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	1.191,87	0,00	1.191,87
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	95.685,43	-41.177,24	702.615,88	528.698,55
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		28.705,63		210.784,76	239.490,39
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	66.979,80	-41.177,24	491.831,12	289.208,16
7. (+) CSLL (9%)		6.028,18		44.264,80	50.292,98
8. (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98

QUADRO 2 – Cálculo da Contribuição Social – Lucro real

Fonte: Adaptado de: NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Frase, 2002.

A Lei nº. 10.684 de 30/08/2003(DOU 31/05/2003), alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para empresas prestadoras de serviços de: intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens móveis, imóveis e direitos de qualquer natureza e ainda factoring (empresas obrigadas a tributação do lucro real), a lei não incluiu quem presta serviços hospitalares e também quem presta serviços de transportes. Esta alíquota recebeu a alteração que passou de 12% para 32%, apenas para as empresas as quais a lei incluiu. Como a empresa objeto do estudo é uma empresa comercial não se enquadra nessa alteração é tributada na base de cálculo de 12%. Após o reconhecimento da base de cálculo, é aplicado na mesma a alíquota de 12% para cálculo da CSLL, por se tratar de uma empresa comercial e por último do montante obtido, aplica-se a alíquota de 9% da CSLL. A seguir será apresentado o quadro com o exemplo de como foi calculada a CSLL.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1º. Trim. / 2004	2º. Trim./2004	3º. Trim. / 2004	4º. Trim./2004	Total
BASE DE CÁLCULO	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
COMÉRCIO 12%	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78
TOTAL CSLL DEVIDO	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78

QUADRO 3 - Cálculo da Contribuição Social – Lucro Presumido

Fonte: Adaptado de: PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcéllo Lourenço de Oliveira. (Contabilidade Tributária II - Apostila 2005/2 p.21).

2.7 MODALIDADES DE TRIBUTAÇÃO

No desenvolvimento de um planejamento tributário é preciso seguir um plano de ação traçado anteriormente, para que se possa obter o melhor resultado. O início do planejamento tributário ocorre com o levantamento de dados que dizem respeito às operações realizadas pela empresa, e que estas informações sejam relacionadas as questões tributárias abrangidas pela execução do planejamento.

Para alcançar um bom resultado, é necessário que o profissional que vai realizar o planejamento tributário, seja conhecedor de todas as situações que dão direito ao crédito tributário, de um modo especial ao que se refere aos impostos não-cumulativos, e também aos enquadramentos das modalidades de tributação: SIMPLES, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado, para aplicar seus conhecimentos no sentido de auxiliar o gestor da empresa numa última análise em redução de impostos, que acarreta uma diminuição dos custos, para a empresa e conseqüentemente para o consumidor final. A seguir, as formas de tributação que serão objeto desse estudo: Lucro presumido e Lucro Real.

2.7.1 Lucro Presumido

Segundo Pêgas (2003, p 251) pode ser definido como:

a forma de tributação que tem por objetivo calcular o imposto de renda e a contribuição social através de uma base estimada, utilizando apenas as receitas da empresa, ao contrário do lucro real, onde o cálculo é feito com base no resultado (receitas menos despesas).

O lucro presumido é uma forma de tributação, na qual seu cálculo é simplificado, pois não possui direito à créditos tributários que reduzam sua base de cálculo, pois sua forma de obtenção é a simples aplicação de uma determinada alíquota, prevista na legislação vigente sobre o seu faturamento. Compõem a base de cálculo todos os ganhos e rendimentos de capital, qualquer que seja a sua denominação, independentemente da natureza, espécie, existência de título ou contrato escrito, desde que venham de ato ou negócio que pela sua finalidade. A seguir será apresentada a forma adotada para o cálculo da CSLL e do IRPJ, sob a ótica do lucro presumido:

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º. TRIM. 2004	2º TRIM. 2004	3º TRIM. 2004	4º TRIM. 2004	TOTAL
IMPOSTO DE RENDA					
1)RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.308.779,70	3.522.597,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.357.789,43
2)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
3)BASE DE CÁLCULO (1-2)	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
4)COMÉRCIO - 8%	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
5)JUROS COBRADOS					
6)BASE DE CÁLCULO (4+5)	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
7)IRPJ DEVIDO:					
8)ALÍQUOTA DE 15%	27.657,83	42.195,30	37.728,64	58.404,65	165.986,42
9)ADICIONAL DE 10%	12.438,55	22.130,20	19.152,43	32.936,43	86.657,61
10)TOTAL IRPJ DEVIDO	40.096,38	64.325,50	56.881,07	91.341,08	252.644,03
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
BASE DE CÁLCULO	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
COMÉRCIO 12%	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78
TOTAL CSLL DEVIDO	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78

QUADRO 4 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Fonte: Adaptado de: PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcéllo Lourenço de Oliveira.
(Contabilidade Tributária II - Apostila 2005/2 p.21).

Não fazem parte da receita bruta: vendas canceladas, descontos incondicionais concedidos, impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

Estão enquadradas nessa modalidade de tributação as pessoas jurídicas que no ano-calendário anterior tenham auferido receita bruta igual ou inferior a 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou a proporcionalidade dos meses que esteja em atividade no exercício, se esse período for inferior a um ano, o regime escolhido deve ter continuidade durante o ano-calendário.

Não se enquadram no lucro presumido e estão obrigadas a optar pelo lucro real, as pessoas jurídicas que no ano-calendário anterior auferirem receita bruta superior a 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou se esse período for inferior a um ano que ultrapassar o valor de 4.000.000,00 (quatro milhões) mensais.

Também não podem optar pelo lucro presumido instituições financeiras e quem esteja equiparado a elas, inclusive empresas de *factoring*, a pessoa jurídica que obtiver lucros, rendimentos ou ganhos adquiridos no exterior, que possuir o benefício dos benefícios fiscais autorizados pela legislação tributária, que durante o exercício, efetuou o pagamento através do

regime de estimativa mensal, até mesmo quem realizou por meio de balanço de suspensão ou redução, são pagamento feitos com base em estimativas e no final do ano-calendário se apura a diferença, tendo a pessoa jurídica pago valor superior ao devido terá direito à restituição e sendo inferior pagará a diferença, ainda dessa relação deve-se acrescentar as empresas imobiliárias que estejam com operações em curso, que devem realizar o registro de custo orçado (IN SRF 25/99), tratamento contábil utilizado para orçar custos futuros de conclusão de obras.

O lucro presumido tem como períodos de apuração, prazos trimestrais, que serão encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário (Lei nº. 9.430/96. art. 1 e 25).

Seja a pessoa jurídica comercial, civil ou que explore atividade rural, terá como alíquota do imposto o percentual de quinze por cento (15%) sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, com base no regulamento. Porém a base de cálculo será de oito por cento (8%) aplicado na receita bruta auferida mensalmente (art. 15 da Lei 9.249/95).

Deverá ser adicionado ao imposto a pagar do lucro presumido o que ultrapassar o limite estabelecido com a multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelos meses em atividade o adicional de 10% (dez por cento), que deverá ser pago concomitantemente com a alíquota geral.

Uma vez feita a opção, sobre a forma de tributação pelo lucro presumido a empresa deverá apurar a contribuição social sobre o lucro líquido com base no lucro presumido, e a mesma terá alíquota de 9% (nove por cento).

A base de cálculo receberá as seguintes adições: os ganhos de capital, as demais receitas, os resultados positivos, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável. As deduções da receita bruta para o cálculo da contribuição social serão as mesmas realizadas para o cálculo do imposto de renda.

Tanto o IRPJ quanto a CSLL, apurados com base no lucro presumido devem ser pagos até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração trimestral. Na impossibilidade de pagamento nesse dia o mesmo deve ser antecipado. Não poderá ter parcela inferior à 1.000,00, sendo superior a R\$ 2.000,00 e até R\$ 2.999,99 poderá receber parcelamento em até 2 (duas) vezes e valor superior a R\$ 3.000,00 poderá parcelar em até 3 (três) vezes. Optando pelo parcelamento a empresa deve atentar para o seguinte: a

primeira parcela corresponderá a um terço do valor sem nenhum aumento, na segunda parcela o valor a ser recolhido corresponderá a 1/3 do valor parcelado mais 1% à título de juros, na terceira parcela além do 1% de juros será incorporado ao valor da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para Títulos Federais (SELIC) do mês anterior à última prestação.

EXEMPLO: JANEIRO À MAIO

<p>1º Pagamento – Abril – 1/3 do valor parcelado</p> <p>2º Pagamento – Maio – 1/3 do valor parcelado + 1% de Juros.</p> <p>3º Pagamento – Junho – 1/3 do valor parcelado + 1% de Juros + A SELIC do mês de maio.</p>

Quadro 5 – Exemplo do Parcelamento do Lucro Presumido.

Fonte: Elaborado pela Autora.

2.7.2 Lucro Real

O lucro real é a apuração da receita tributável com a despesa dedutível, sendo a despesa indedutível fonte de acréscimo para a base de cálculo do imposto e a receita não tributável fonte de redução para a base de cálculo. Pode-se dizer que é o “lucro que realmente aconteceu”, isso porque na demonstração do resultado tradicional, colocamos algumas deduções e despesas que afetam o resultado, mas que na realidade não deveriam, como por exemplo, as provisões indedutíveis.

O RIR/99 - Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu Art. 248, conceitua lucro real como sendo,

o lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 6º., § 1º., Lei nº. 7.450, de 1985, artigo 18, e Lei nº. 9.249, de 1995, artigo 4).

A seguir serão apresentados os ajustes que devem ser realizados, para se encontrar o lucro real, suas adições, deduções e compensações:

As adições estão previstas no RIR/99 - Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu art. 249,

na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 6º., § 2º.): I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na

apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real; II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real.

Segundo Pêgas (2003, p 214), são adições as despesas registradas pela contabilidade da empresa que a legislação fiscal não aceita como dedução do lucro e receitas exigidas pelo fisco e não contabilizadas em receitas.

Alguns exemplos de adições:

- Provisões indedutíveis;
- Multas de Trânsito (válida somente para o IRPJ, para a CSLL é dedutível);
- Multas Fiscais e Trabalhistas;
- Contribuição Sobre o Lucro Líquido, entre outras.

As exclusões estão previstas no decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu Art. 250. Na determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 6º., § 3º.): (...).

Segundo Pêgas (2003, p 214), “as exclusões são compostas por receitas contabilizadas e não exigidas pelo fisco, também são exclusões as despesas aceitas pelo fisco e não contabilizadas como despesas na contabilidade”.

Alguns exemplos de exclusões serão:

- incentivos fiscais;
- imposto de renda pago e também o retido na fonte, incluindo as receitas que incidem no lucro real;
- Dividendos recebidos, entre outras.

A compensação de prejuízo fiscal é um benefício para quem é optante pela forma de tributação do lucro real, e existem duas possibilidades de compensação, se optar pelo recolhimento do imposto trimestral, a pessoa jurídica terá direito apenas a compensação de prejuízo na ordem de 30% do lucro líquido e adicional de IRPJ, que no anual este adicional corresponde ao lucro real excedente a R\$ 240.000,00, porém se optar pelo lucro real mensal (estimativa) ou o anual, a pessoa jurídica poderá se beneficiar com a compensação integral do

prejuízo dentro do próprio exercício, sendo que prejuízo de período anterior ao da compensação, só poderá no limite estabelecido de 30%.

Segundo Neves (2002, p 6),

a legislação admite que, se a pessoa jurídica houver incorrido em prejuízo fiscal em períodos de apuração anteriores, este prejuízo seja compensável, com lucros futuros (ou seja, possa ser deduzido de lucros de períodos de apuração subseqüentes). Esta compensação não poderá reduzir o lucro real em mais de 30% (trinta por cento) do valor que teria caso a compensação não fosse realizada.

O livro de apuração do lucro real é um documento obrigatório para empresa tributadas no lucro real, neste livro deverão ser demonstrados os ajustes realizados para se contabilizar o lucro real, nele também deve ser feito um controle dos prejuízos fiscais que a entidade terá direito a compensar, além das despesas dedutíveis e indedutíveis, o RIR/99 - Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu art. 262 regulamenta a utilização do LALUR,

no LALUR, a pessoa jurídica deverá (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, artigo 8º, inciso I): I - lançar os ajustes do lucro líquido do período de apuração; II - transcrever a demonstração do lucro real; III - manter os registros de controle de prejuízos fiscais a compensar em períodos de apuração subseqüentes, do lucro inflacionário a realizar, da depreciação acelerada incentivada, da exaustão mineral, com base na receita bruta, bem como dos demais valores que devam influenciar a determinação do lucro real de períodos de apuração futuros e não constem da escrituração comercial; IV - manter os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração subseqüentes, dos dispêndios com programa de alimentação ao trabalhador, vale-transporte e outros previstos neste Decreto.

As seguintes demonstrações financeiras devem ser preparadas ao final de cada exercício: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período de apuração e a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, que devem ser elaborados seguindo as regras determinadas pela Lei nº. 6.404/76 que rege sua confecção. O Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu Art. 274 afirma que,

ao fim de cada período de incidência do imposto, o contribuinte deverá apurar o lucro líquido mediante a elaboração, com observância das disposições da lei comercial, do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período de apuração e da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 7º., § 4º., e Lei nº. 7.450, de 1985, artigo 18). § 1º. O lucro líquido do período deverá ser apurado com observância das disposições da Lei nº. 6.404, de 1976 (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 67, inciso XI, Lei nº. 7.450, de 1985, artigo 18, e Lei nº. 9.249, de 1995, artigo 5º.). § 2º. O balanço ou balancete deverá ser transcrito no Diário ou no LALUR (Lei nº. 8.383, de 1991, artigo 51, e Lei nº. 9.430, de 1996, artigos 1º. e 2º., § 3º.).

A elaboração da apuração do lucro real, deverá ser feita com base no lucro líquido e seus respectivos ajustes, após sua realização deverá ser feito a correspondência com o LALUR, o Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu art. 275 afirma que,

o contribuinte deverá elaborar demonstração do lucro real, discriminando (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 8º, § 1º, e Lei nº. 9.430, de 1996, artigos 1º. e 2º.): I - o lucro líquido do período de apuração; II - os lançamentos de ajuste do lucro líquido, com a indicação, quando for o caso, dos registros correspondentes na escrituração comercial ou fiscal; III - o lucro real. Parágrafo único. A demonstração do lucro real deverá ser transcrita no LALUR (Decreto-Lei nº. 1.598, de 1977, artigo 8º, inciso I, alínea "b").

Quem está enquadrado no art. 14 da lei nº. 9.718/98, alterado pela lei nº. 10.637/2002 é obrigado a ser tributado pelo lucro real, as demais empresas não enquadradas nesse artigo podem optar por essa modalidade de tributação, se assim preferirem, que deverá ser concretizada no início do exercício, por meio de pagamento no primeiro mês de apuração.

3. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA CALÇADISTA

Nesta seção, serão discutidos pontos convergentes ao ramo calçadista e serão apresentados três exemplos de tributação baseados na mesma empresa, o primeiro pelo lucro presumido, o segundo pelo lucro real trimestral e o terceiro pelo lucro real anual (mensal).

Os relatórios utilizados no desenvolvimento das demonstrações foram obtidos em uma empresa situada na Grande Florianópolis, a qual foi nomeada de XWZ Comércio de Calçados Ltda. Esses dados foram fornecidos pela parte responsável pela contabilidade da empresa, a qual se pode creditar a veracidade das informações contidas nos relatórios.

Será realizado o cálculo dos tributos (IRPJ, adicional de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e após sua realização serão apresentados os resultados obtidos e as respectivas análises, com a intenção de propor um planejamento tributário.

3.1 RAMO CALÇADISTA

O setor calçadista vem enfrentando algumas dificuldades como se pode verificar com os acontecimentos relacionados ao câmbio, pois o setor, em especial, possui relação direta a esse fato que interfere de forma significativa nos custos envolvidos em sua operacionalidade e ainda para acrescentar têm-se a cruel concorrência com a China, segundo Cunha (Isto é Dinheiro - 21/12/2005):

com 18 mil funcionários, vendas em 80 países e faturamento de R\$ 1 bilhão em 2005, a Azaléia não agüentou a competição com os baratos calçados chineses. Sem ter como abaixar seus custos, alugou fábricas em Dong Huan, pólo calçadista na região Sul da China, para produzir 60 mil pares de calçados. O lote, com selo “Made in China” e etiqueta Azaléia, está chegando agora às lojas dos Estados Unidos. Outros também serão confeccionados no mesmo esquema e até grandes redes varejistas brasileiras, como Lojas Renner e C&A demonstraram interesse em comprar os sapatos e sandálias sino-brasileiros. “O desenho e o desenvolvimento do produto continuam sendo feitos aqui. Mas a fabricação é chinesa”, explica Britto. Segundo ele, há um ano, os sapatos Azaléia eram vendidos nos Estados Unidos pelo preço médio de US\$ 7,50 o par. Na mesma época, os calçados chineses custavam US\$ 1 a menos. A situação piorou um ano depois, quando, devido à desvalorização do real, o valor na etiqueta dos calçados brasileiros subiu para US\$ 11. “Ou pegávamos um avião para produzir na China, ou perderíamos nosso maior comprador internacional, os Estados Unidos”, diz Britto. O executivo cita números da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) que ilustram o tamanho da crise: os americanos compram 2 bilhões dos 14 bilhões de pares produzidos no mundo a cada ano. Desse total, os chineses fabricam 6,5 bilhões de pares. O Brasil exporta 200 milhões de pares. **Custo do câmbio:** produzir fora faz o preço do sapato brasileiro cair até 40%” afirma Cunha.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo setor, em nosso país, pode-se verificar com mais ênfase que, a importância de uma redução de custo e nela também está inserido o

papel fundamental do planejamento tributário. Faz-se necessário que as empresas busquem consolidar um bom planejamento tributário para o gestor da entidade ter plena condição de saber quais são os tributos que incidem sobre o seu ramo de atividade, pois apenas com esse entendimento é que será possível o gestor conseguir mensurar o peso dos tributos em seu empreendimento.

Com essas informações, o gestor terá condições de realizar um planejamento adequado de suas compras, vendas, despesas mensais, sempre visando manter um controle razoável a cerca de situações discrepantes que podem ocorrer em sua atividade, como por exemplo, a sazonalidade que ocorre no final do ano, mais especificamente, por causa do natal. Pois situações desse tipo fazem suas receitas variarem e conseqüentemente o valor dos tributos acompanham esse evento. O gestor deve buscar em última análise uma melhoria do seu resultado, sempre ponderando situações divergentes. No natal as vendas aumentam muito, porém após as festas, geralmente chega um período de baixa nas vendas, o que exige do gestor uma grande habilidade administrativa.

A tributação de uma empresa comercial está dividida entre impostos federais, estaduais e municipais. Porém o estudo em questão estará limitado a alguns impostos federais, tendo em vista a complexidade contida na análise dos tributos, arcados pelas entidades comerciais similares a empresa estudada.

3.2 PECULIARIDADES DA EMPRESA

A entidade estuda é uma empresa varejista de calçados, situada na Grande Florianópolis e região, à qual foi intitulada de XWZ Comércio de Calçados Ltda. Sua atividade principal é o comércio varejista de calçados masculino, feminino e infantil.

As respectivas receitas, auferidas nos exercícios analisados, deram vazão para a empresa poder optar por uma das duas formas de tributação: lucro presumido ou lucro real. Pois com o montante faturado a entidade fica excluída da possibilidade de opção para a forma de tributação do SIMPLES.

Conforme a Medida Provisória nº. 275/05 publicada em 29 de dezembro de 2005, que alterou a Lei nº. 9.317/96, que criou o SIMPLES, que passou a vigorar a partir do exercício de 2006:

não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica: na condição de Microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior à opção, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

De acordo com suas receitas auferidas nos anos estudados que foram de: R\$ 14.357.789,43 em 2004, R\$ 17.950.242,96 em 2005, e projetou-se para 2006 R\$ 19.418.144,35, e R\$ 21.359.958,79 em 2007, com o auxílio do gestor da entidade, que descreveu sua expectativa em 10% de crescimento tanto para a receita quanto para a despesa.

Com essa informação comprova-se que a empresa não poderá optar pelo sistema de tributação do SIMPLES, e terá de escolher entre as formas de tributação do lucro presumido ou lucro real, com base na expectativa de escolher a opção menos onerosa para a entidade, principalmente tendo em vista o cenário econômico em que nosso País se encontra. Segundo Netto (2006, p.25) na sua coluna na Revista Carta Capital afirma que,

o governo ineficiente tomou nos últimos 12 anos mais 11% do PIB produzido pelo setor privado e apropriou-se, pagando taxas de juros “extorsivas” (como dizia FHC na Presidência), de um montante equivalente a 21% do PIB. Este é o quadro. Não adianta choro nem arrependimento. Enquanto não entendermos que o Estado brasileiro não cabe no PIB do Brasil, jamais voltaremos ao crescimento robusto.

Esse artigo, escrito por Antônio Delfim Netto, ainda mostra a evolução da carga tributária em nosso país que, em 1994 era de 27%, em 2002 aumentou para 36% e na atualidade gira em torno de 38%, e ainda para acentuar a crise a dívida líquida do setor público em 1994 era de 30% e hoje gira em torno de 51%. Com esses dados é possível verificar que dificilmente ocorrerá uma redução significativa na carga tributária, isso sem que antes haja uma mudança na organização da esfera pública, pois apesar de ter privatizado grande parte de sua estrutura estatal, o Estado ainda aumentou, como nota-se com o aumento da dívida líquida do setor público. A seguir será mostrado um gráfico que consta do artigo mencionado anteriormente, onde mostra claramente os dados evidenciados no parágrafo acima:

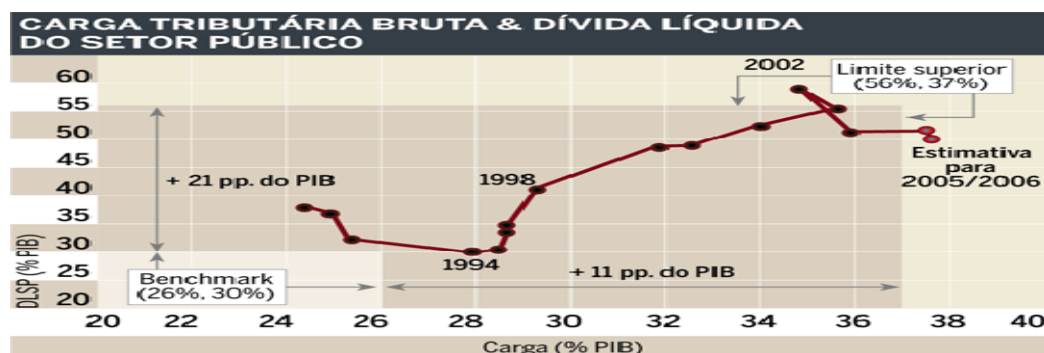


FIGURA 2: Carga tributária x dívida liquidado setor público

Fonte: Revista Carta Capital de 19 de julho de 2006 - Coluna Delfim Netto - Artigo A Esperança Frustrada. Editora Confiança Ltda.

Diante disso, os contribuintes em geral devem buscar formas lícitas, e que os auxiliem na redução do seu endividamento tributário, uma vez que pode se notar a dificuldade para a redução da sua carga tributária.

Na sequência será apresentada a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007. Sendo que as demonstrações dos anos de 2006 e 2007 foram projetadas, segundo a orientação do gestor da empresa, com base na expectativa de crescimento futuro da organização, sendo dado início a apresentação da prática do estudo de caso.

3.3 Apresentação Prática do Estudo de Caso

Ao dar início a prática do Planejamento Tributário deve-se esclarecer que os dados utilizados nos exercícios de 2004 e 2005 foram fornecidos pela empresa e os correspondentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram feitos com base em estimativa fornecida pela entidade estudada, conforme informado em item anterior.

Nesta demonstração, pode-se verificar que a empresa vêm crescendo com o passar dos anos e que deve buscar, cada vez mais formas de ganhar mercado, e isso está aliado ao preço final de seus produtos, que com uma redução tributária conseguirá atrair mais mercado para a empresa, uma vez que com um menor preço nos produtos a serem vendidos pela empresa, fará girar a economia, e isso aumentará o consumo e conseqüentemente aumentarão as ofertas de emprego. No quadro a seguir serão apresentadas as Demonstrações do Resultado do Exercício dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.

EMPRESA XWZ COMERCIO DE CALÇADOS LTDA consolidado				
	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
REC. OPER. BRUTA	14.357.789,43	17.950.242,44	19.745.266,68	21.719.793,35
DEDUÇÕES DAS VENDAS	3.413.578,45	3.717.292,66	4.089.021,93	4.497.924,12
DEV. E ABATIMENTOS	525.588,03	5.680,80	6.248,88	6.873,77
IMP.	3.711.611,86	4.082.773,05	4.491.050,35	2.887.990,42
RECEITA OPER. LIQUIDA	10.944.210,98	14.232.949,78	15.656.244,76	17.221.869,23
CMV	9.285.984,54	10.214.582,99	11.236.041,29	7.678.723,20
LUCRO OPER. BRUTO	3.265.487,78	4.946.965,24	5.441.661,76	5.985.827,94
DESPESAS OPER. DESPESAS OPER. INDED.	2.993.411,30	3.717.342,49	4.089.076,74	4.497.984,41
INFRAÇÕES FISCAIS	1.191,87	8.673,08	9.540,39	10.494,43
REC. FINANCEIRAS	57.295,13	74.608,54	82.069,39	90.276,33
OUTRAS REC. FINANCEIRAS	175.930,26	94.908,20	104.399,02	114.838,92
OUTRAS RECEITAS OPER.	23.396,68	64.111,44	70.522,58	77.574,84
RES. OPER. LIQUIDO	527.506,68	1.454.577,85	1.600.035,64	1.760.039,20
RES. ANTES DOS IMP.	527.506,68	1.454.577,85	1.600.035,64	1.760.039,20
PROV. P/ CSLL	160.344,78	201.788,66	221.967,53	244.164,28
PROVISÃO P/ IR	283.588,07	356.991,58	392.690,74	431.959,81
Adicional do IRPJ 10%	28.750,67	121.457,79	136.003,56	152.003,92
LUCRO LIQ. DO EXERCÍCIO	83.573,83	895.797,61	985.377,37	1.083.915,11
lucro líq - Adicional de IRPJ	57.268,05	774.339,83	849.373,81	931.911,19

QUADRO 6 – DRE's dos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007.

Fonte: Adaptado do Balanço fornecido pelo escritório responsável pela contabilidade da empresa estudada.

Pode-se observar que tanto a receita bruta, quanto o lucro líquido do exercício vem crescendo com o passar dos anos, mas de forma mais acelerada o lucro líquido do exercício. O lucro líquido teve um crescimento surpreendente de 971,86% de 2004 para 2005, e no mesmo período o faturamento cresceu na ordem de 25,02%. como será representado no quadro 7:

Evolução do Faturamento e do Lucro líquido			
	2004	2005	Variação
Faturamento	14.357.789,43	17.950.242,44	25,02 %
Lucro Líquido	83.573,83	895.797,61	971,86%

QUADRO 7 – Evolução do faturamento e do lucro da empresa estudada.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 8 apresenta a apuração do lucro presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL do exercício de 2004, expondo o cálculo utilizado a cerca dos tributos, em especial do IRPJ e da CSLL.

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º. TRIM. 2004	2º. TRIM. 2004	3º. TRIM. 2004	4º. TRIM. 2004	TOTAL
IMPOSTO DE RENDA					
1(=)RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.308.779,70	3.522.597,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.357.789,43
2(=)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
3)BASE DE CÁLCULO (1-2)	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
4)COMÉRCIO - 8%	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
5)JUROS COBRADOS					
6)BASE DE CÁLCULO (4+5)	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
7)IRPJ DEVIDO:					
8)ALÍQUOTA DE 15%	27.657,83	42.195,30	37.728,64	58.404,65	165.986,42
9)ADICIONAL DE 10%	12.438,55	22.130,20	19.152,43	32.936,43	86.657,61
10)TOTAL IRPJ DEVIDO	40.096,38	64.325,50	56.881,07	91.341,08	252.644,03
CSLL					
BASE DE CÁLCULO	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
COMÉRCIO 12%	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78
TOTAL CSLL DEVIDO	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78

QUADRO 8 – Cálculo do IRPJ e da CSLL – Lucro presumido.

Fonte: Adaptado - PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcécio Lourenço de Oliveira.
(Contabilidade Tributária II – Apostila 2005/2 p.21).

O quadro 8 mostra o critério utilizado para o cálculo do IRPJ e da CSLL, no que se refere à forma de tributação do lucro presumido, quando a empresa auferiu uma receita bruta anual de R\$ 14.357.789,43, sendo que desse montante devem ser deduzidas as devoluções e os abatimentos nas vendas que representaram R\$ 525.588,03, resultando na base de cálculo na ordem de R\$ 13.832.201,40 e o seu valor total de IRPJ e CSLL a recolher foi de R\$ 402.031,80, sendo este valor composto por: R\$ 165.986,42 de imposto de renda, R\$ 86.657,61 de adicional de imposto de renda e R\$ 149.387,78 de contribuição social sobre o lucro líquido.

A apuração das contribuições do PIS e COFINS, no que se refere ao lucro presumido, inicialmente serão apresentados o quadro 9 com a forma de cálculo das contribuições no ano de 2004.

Descrição	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	TOTAIS
Receita - Venda de Mercadorias	2.308.779,70	3.522.597,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.357.789,43
(-) Devoluções e Abatimentos	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
(=) Base de Cálculo	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
1) Contribuições					0,00
1.1 PIS (0,65%)	14.981,32	22.855,79	20.436,35	31.635,85	89.909,31
1.2 COFINS (3%)	69.144,56	105.488,25	94.321,61	146.011,62	414.966,04
2) Valor a recolher (1.1 + 1.2)	84.125,89	128.344,03	11.4757,96	177.647,47	504.875,35

QUADRO 09 - Análise da tributação do PIS e COFINS, com base na opção do lucro presumido.

Fonte: Elaborado pela autora.

A demonstração, exibida no quadro 9, mostra o cálculo das contribuições no exercício de 2004, período no qual a entidade auferiu receita bruta no valor de R\$ 14.357.789,43, levando em conta que na tributação do lucro presumido a empresa não possui direito ao crédito tributário, será aplicado apenas as alíquotas correspondentes às contribuições do PIS e COFINS sobre seu faturamento.

Ainda se verifica que essas contribuições representaram valores expressivos, pois o PIS correspondeu à um desembolso na ordem de R\$ 89.909,31, a COFINS correspondeu um desembolso na ordem de R\$ 414.966,04, totalizando um desembolso total de R\$ 504.875,35.

No quadro 10 será apresentada a apuração do lucro real trimestral para o cálculo do IRPJ e da CSLL no exercício de 2004, que objetivará exibir a forma adotada para o tratamento dos tributos em questão.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
DEMONSTRAÇÃO DA CSLL (Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		28.705,63		210.784,76	239.490,39
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	66.979,80	-42.369,11	491.831,12	288.016,29
7. (+) CSLL (9%)		6.028,18		44.264,80	50.292,98
8.(=) Total a pagar- (7+8)	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA					
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	89.657,25	-42.369,11	658.351,08	477.213,70
2. (+) Adições	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
2.3 - CSLL	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		28.705,63		210.784,76	239.490,39
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	66.979,80	-42.369,11	491.831,12	288.016,29
7. (+) Imposto 15%		10.046,97		73.774,67	83.821,64
8. (+) Adicional(X - R\$ 60.000,00) *10%		697,98		43.183,11	43.881,09
9.(=) Total a pagar- (7+8)		10.744,95	0,00	116.957,78	127.702,73

QUADRO 10 - Apuração do lucro real trimestral para o cálculo do IRPJ e da CSLL

Fonte: Adaptado de: NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Frase, 2002.

O quadro 10 apresenta o critério utilizado para o cálculo do IRPJ e da CSLL, na ótica do lucro real. Pode-se inferir algumas diferenças a respeito dessa forma de tributação com relação ao lucro presumido: uma delas é a base de cálculo que enquanto no lucro presumido é o faturamento, no lucro real é o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações. Outro ponto de análise é justamente a compensação de prejuízo, que no critério de lucro real é aceita, conforme algumas previsões, enquanto no lucro presumido essa compensação não ocorre.

Conforme se verifica, no primeiro trimestre de 2004 não seria necessário o pagamento do IR e da CSLL, pois a empresa auferiu um prejuízo na ordem de R\$ - 228.425,52, o que a isenta do recolhimento no primeiro trimestre, quanto ao segundo trimestre

a empresa auferiu um lucro real antes da compensação de prejuízo na ordem de R\$ 95.685,43, o que dá vazão a compensação de prejuízo, sendo autorizado 30% do lucro, e esse valor foi de R\$ 28.705,63, chegando assim a uma base de cálculo para o IRPJ e para a CSLL. E Sobre esse valor são aplicadas as alíquotas correspondentes ao IRPJ, adicional de IRPJ (porque a base de cálculo do lucro real ajustado ultrapassou o limite de R\$ 60.000,00), e também para o cálculo da CSLL. No quadro 11, será mostrada a apuração das contribuições do PIS e COFINS com base no lucro real, vale ressaltar que foram calculadas trimestralmente para fins didáticos, pois suas apurações se dão mensalmente.

LUCRO REAL					
	1º Trim/2004	2º Trim/2004	3º Trim/2004	4º Trim/2004	Total
RECEITA BRUTA					
(+) Vendas no mercado interno	2.308.779,70	3.488.577,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.323.769,43
(+) Vendas no mercado externo	0,00	34.020,00	0,00	0,00	34.020,00
(+) Rec. De aplicação financeira	10.733,44	19.656,15	15.947,34	10.958,20	57.295,13
Subtotal	2.319.513,14	3.542.253,51	3.167.223,80	5.386.094,11	14.415.084,56
DEDUÇÕES					
(-) Dev. cancelamento de vendas	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
(-) Rec. de Aplic. Financeira	10.733,44	19.656,15	15.947,34	10.958,20	57.295,13
Subtotal	14.694,31	25.978,58	23.170,06	519.040,21	582.883,16
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	1.977.027,34	3.179.551,22	2.754.809,28	3.410.554,04	11.321.941,88
(-) Compras para estoque	1.886.278,73	3.077.438,11	2.676.224,34	3.263.896,43	10.903.837,61
(-) Água	466,90	464,75	460,01	374,85	1.766,51
(-) Energia elétrica	44.369,28	37.425,44	28.803,98	31.555,95	142.154,65
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aluguel	21.879,54	37.826,04	25.464,77	81.192,10	166.362,45
(-) Condomínio	18.287,24	20.593,43	18.032,73	27.451,26	84.364,66
(-) Depreciação	5.025,65	5.043,45	5.043,45	5.043,45	20.156,00
(-) Despesas com contador	720,00	760,00	780,00	1.040,00	3.300,00
(=) Base de Cálculos	327791,49	336.723,71	389244,46	1456499,86	2.510.259,52
PIS (1,65%)	5408,56	5.555,94	6422,53	24032,25	41.419,28
COFINS (7,6%)	24912,15	25.591,00	29582,58	110693,99	190.779,72
PIS e COFINS a recolher	30320,71	31.146,94	36005,11	134726,24	232.199,01

QUADRO 11 – Apuração trimestral do PIS/ COFINS

Fonte: Adaptado de: PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcécio Lourenço de Oliveira.
(Contabilidade Tributária II – Apostila 2005/2 p.21).

O quadro 11 demonstra que a empresa possui direito a diversos créditos tributários os quais fazem uma redução significativa na base de cálculo dessas contribuições, pode-se observar que as receitas brutas (incluindo vendas no mercado interno, externo e ainda receita financeira) no exercício de 2004 totalizaram R\$ 14.415.084,56 as deduções da receita bruta (incluídas as receitas financeira) de 2004 foram na ordem de R\$ 582.883,16 e os créditos tributários corresponderam a uma soma no valor de R\$ 11.321.941,88 chegando assim a uma base de cálculo de R\$ 2.510.259,52 o que representou em um PIS a recolher no total do exercício no valor de R\$ 41.419,28 e de COFINS a recolher de R\$ 190.779,72,

totalizando uma obrigação de recolhimento de R\$ 232.199,01. No quadro 12 é apresentada a apuração do lucro real mensal do exercício de 2004 para o cálculo do IRPJ e da CSLL.

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA							
APURAÇÃO DO LUCRO REAL		Períodos					
(Valores em R\$)	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04
1. Resultado do período antes do IR	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível							
2.3 - CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos							
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12
6. (-) Compensação de prejuízos				48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
7. (=) Lucro Real	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	0,00	0,00	0,00	0,00
8. (=) LR Acumulado	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12
9. (=) Imposto Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. (-) Imposto 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12. (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA						
APURAÇÃO DO LUCRO REAL		Períodos				
(Valores em R\$)	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-10.205,58	-49.040,50	216.332,24	-46.803,44	485.504,21	479923,81
2. (+) Adições	250,00	941,87	4.087,61	0,00	43.388,00	48667,4802
2.1 - Multas de Fiscais	250,00	941,87	0,00	0,00	0,00	1191,87
2.2 - Provisão Indedutível						
2.3 - CSLL	0,00	0,00	4.087,61	0,00	43.388,00	47475,61
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos						
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	-9.955,58	-48.098,63	220.419,85	-46.803,44	528.892,21	528591,29
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	-125.818,70	-173.917,33	46.502,52	-300,92	528.591,29	
6. (-) Compensação de prejuízos			173.917,33		-300,92	286178,81
7. (=) Lucro Real	-9.955,58	-48.098,63	46.502,52	-46.803,44	528.591,29	241810,64
8. (=) LR Acumulado	-125.818,70	-173.917,33	46.502,52	-300,92	528.290,37	
9. (=) Imposto Acumulado	0,00	0,00	6.975,38	0,00	79.243,56	
10. (-) Imposto 15%	0,00	0,00	6.975,38	0,00	72268,18	79243,56
11. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	0,00	0,00	28859,13	28859,13
12. (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	6.975,38	0,00	101.127,31	108102,68

QUADRO 12- CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (Mensal).

Fonte: Adaptado de: NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Frase, 2002.

O quadro 12 demonstra as compensações de prejuízos das quais a empresa teria direito se fosse optante dessa sistemática de tributação, pois no exercício de 2004 a entidade

incorreu em diversos prejuízos, que se ela estivesse sendo tributada na modalidade do lucro real mensal, poderia compensá-los integralmente dentro do próprio exercício, e no seguinte compensar 30% do prejuízo.

CÁLCULO DA CSLL							
APURAÇÃO DA CSLL							
(Valores em R\$)	Períodos						
	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04
1. Resultado do período antes do IR	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível							
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos							
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej. (Mensal)	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (acumulado)	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12
6. (-) Compensação de prejuízos				48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97
7. (=) Lucro Real	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	0,00	0,00	0,00	0,00
8. (=) LR Acumulado	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12
9. (=) CSLL Acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. (-) CSLL - 9%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11. (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DA CSLL							
(Valores em R\$)	Períodos						
	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	total	
1. Resultado do período antes do IR	-10.205,58	-49.040,50	220.527,12	-46.803,44	528.892,30	527506,78	
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2 - Provisão Indedutível							
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.1 - Dividendos Recebidos							
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej. (Mensal)	-10.205,58	-49.040,50	220.527,12	-46.803,44	528.892,30	527506,78	
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (acumulado)	-126.068,70	-175.109,20	45.417,92	-1.385,52	527.506,78		
6. (-) Compensação de prejuízos			175.109,20		1.385,52	289057,12	
7. (=) Lucro Real	-10.205,58	-49.040,50	45.417,92	-46.803,44	527.506,78	238449,66	
8. (=) LR Acumulado	-126.068,70	-175.109,20	45.417,92	-1.385,52	527.506,78		
9. (=) CSLL Acumulada	0,00	0,00	4.087,61	0,00	47.475,61		
10. (-) CSLL - 9%	0,00	0,00	4087,61	0,00	43388,00	47475,61	
11. (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	4.087,61	0,00	47.475,61	47.475,61	

QUADRO13- CÁLCULO DA CSLL (Mensal)

Fonte: Adaptado de: NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações contábeis. São Paulo: Frase, 2002

No quadro 13, está a verificação da compensação integral do prejuízo que é permitida nessa modalidade de apuração do lucro real e verificar ainda, que apenas nos meses de outubro e de dezembro de 2004, houve IRPJ , CSLL e adicional de IRPJ a recolher.

Tendo a empresa auferido prejuízos durante o exercício de 2004, ela poderia ter se beneficiado da compensação integral do prejuízo, que reduziria a base de cálculo para os tributos calculados na tabela mostrada anteriormente, com base nessa modalidade a empresa arcaria com um tributo a recolher (IR, Adicional, CSLL) na ordem total de R\$ 155.578,23 , sendo que nesse valor estão incluídos: R\$ 108.102,68 de IR, R\$ 47.475,61 de CSLL.

No quadro 14 serão apresentadas as apurações da PIS e da COFINS mensal com base no lucro real do exercício de 2004.

CALCULO MENSAL DE PIS/ COFINS							
	PERÍODO						
	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	Jun/04	jul/04
RECEITA BRUTA							
(+) Vendas no mercado interno	622.357,50	740.832,92	945.589,28	1.195.179,53	1.289.214,85	1.004.182,98	1.086.196,62
(+) Vendas no mercado externo					4.320,00	29.700,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	0,00	412,64	10.320,80	8.812,47	5.907,50	4.936,18	4.205,69
	622.357,50	741.245,56	955.910,08	1.203.992,00	1.299.442,35	1.038.819,16	1.090.402,31
DEDUÇÕES							
(-) Dev.cancelamento de vendas	602,72	1.368,76	1.989,39	1.889,84	2.117,74	2.314,85	1.380,77
(-) Rec. De Aplic. Financeira	0,00	412,64	10.320,80	8.812,47	5.907,50	4.936,18	4.205,69
	602,72	1781,4	12310,19	10702,31	8025,24	7251,03	5586,46
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	492.072,86	484.317,55	1.000.636,93	1.011.662,48	1.221.455,42	946.433,32	720.088,96
(-) Compras para revenda	454.495,07	455.377,63	976.406,03	976.406,03	1.186.774,95	914.257,13	687.820,13
(-) Água	103,63	235,79	127,48	166,64	115,56	182,55	157,31
(-) Energia elétrica	16.670,78	11.475,97	16.222,53	15.397,73	12.689,32	9.338,39	8.641,54
(-) Combustíveis e lubrificantes	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aluguel	10.939,77	10.939,77	0,00	11.669,98	13.776,83	12.379,23	13.940,17
(-) Condomínio	7.960,26	4.367,24	5.959,74	6.100,95	6.157,61	8.334,87	7.588,66
(-) Depreciação	1.663,35	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15
(-) Despesas com contador	240,00	240,00	240,00	240,00	260,00	260,00	260,00
(=) Base de Cálculos	129681,92	255146,61	-57037,04	181627,21	69961,69	85134,81	364726,89
PIS (1,65%)	2139,75	4209,92	0,00	2996,85	1154,37	1404,72	6017,99
COFINS (7,6%)	9855,83	19391,14	0,00	13803,67	5317,09	6470,25	27719,24
PIS e COFINS a recolher	11995,58	23601,06	0,00	16800,52	6471,46	7874,97	33737,24

QUADRO 14 – Apuração mensal de PIS/ COFINS

Fonte: Adaptado de: PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcéllo Lourenço de Oliveira.
(Contabilidade Tributária II – Apostila 2005/2 p.21).

Essa apuração por ser mensal, fazendo necessária a separação em duas apurações, apenas para sua melhor apresentação, com base nessa apuração mensal procurou-se exibir a forma utilizada para a obtenção dos resultados das contribuições do PIS e da COFINS. O

quadro 15 é a continuação da demonstração do cálculo dessas contribuições no exercício de 2004.

APURAÇÃO MENSAL DE PIS/ COFINS						
	PERÍODO					TOTAL
	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	
RECEITA BRUTA						
(+) Vendas no mercado interno	1.122.114,46	942.965,38	1.257.554,51	1.826.958,93	2.290.622,47	14323769,43
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34020,00
(+ Rec. De aplicação financeira	6.152,36	5.589,29	1.463,23	7.275,91	2.219,06	57295,13
						0
	1.128.266,82	948.554,67	1.259.017,74	1.834.234,84	2.292.841,53	14415084,56
						0
DEDUÇÕES						0
(-) Dev.cancelamento de vendas	1.403,96	4.437,99	1.918,79	504.836,81	1.326,41	525588,03
(-) Rec. de Aplic. Financeira	6.152,36	5.589,29	1.463,23	7.275,91	2.219,06	57295,13
						0
	7556,32	10027,28	3382,02	512112,72	3545,47	582883,16
						0
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	1.008.276,69	1.026.443,63	812.844,66	1.186.696,00	1.411.013,38	11321941,88
(-) Compras para revenda	995.180,29	993.223,92	778.347,89	1.140.686,50	1.344.862,04	10903837,61
(-) Água	151,35	151,35	217,54	157,31	0,00	1766,51
(-) Energia elétrica	9.445,69	10.716,75	10.965,52	11.990,34	8.600,09	142154,65
(-) Combustíveis e lubrificantes	0	0	0	0	0	0
(-) Aluguel	0,00	11.524,60	12.090,67	23.662,07	45.439,36	166362,45
(-) Condomínio	1.558,21	8.885,86	9.281,89	8.128,63	10.040,74	84364,66
(-) Depreciação	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	20156
(-) Despesas com contador	260,00	260,00	260,00	390,00	390,00	3300
						0
(=) Base de Cálculos	112433,81	-87916,24	442791,06	135426,12	878282,68	2510259,52
PIS (1,65%)	1855,16	0,00	7306,05	2234,53	14491,66	41419,28
COFINS (7,6%)	8544,97	0,00	33652,12	10292,39	66749,48	190779,72
PIS e COFINS a recolher	10400,13	0,00	40958,17	12526,92	81241,15	232199,01
						0

QUADRO 15 – Continuação da apuração mensal de PIS/ COFINS

Fonte: Adaptado de: PROF. Alexandre Zoldan da Veiga e Valcéllo Lourenço de Oliveira.
(Contabilidade Tributária II – Apostila 2005/2 p.21).

Com a apresentação da apuração do quadro 15, pode-se verificar com base no recolhimento, através do lucro real a entidade ficou desobrigada do pagamento dessas contribuições nos meses de março de 2004 e setembro de 2004, e ainda assim teve a obrigação de recolher os seguintes valores: R\$ 41.419,28 de PIS, R\$ 190.779,72 de COFINS, totalizando um valor a recolher na ordem de R\$ 232.199,01.

Na sequência serão apresentadas as comparações por impostos pagos nos exercícios dos anos de: 2004; 2005; 2006 e 2007, anos que foram a base para esse estudo.

COMPARAÇÃO POR IMPOSTO NO LUCRO PRESUMIDO

	IRPJ	Adicional de IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Totais
2004	165.986,42	86.657,61	149.387,78	89.909,31	414.966,04	906.907,15
2005	215.334,74	119.556,49	193.862,62	116.639,65	538.336,85	1.183.730,35
2006	236.868,21	133.912,14	213.248,88	128.303,62	592.170,53	1.304.503,39
2007	260.555,04	149.703,36	234.573,77	141.133,98	651.387,59	1.437.353,72
Totais	878.744,41	489.829,60	791.073,04	475.986,55	2.196.861,01	4.832.494,62

QUADRO 16 - COMPARAÇÃO REALIZADA POR IMPOSTO NO LUCRO PRESUMIDO

Fonte: Elaborado pela autora

Com esse comparativo, verifica-se como a modalidade de tributação do lucro presumido influenciou na oneração da empresa, e diante dos dados levantados e calculados, pode-se inferir sobre o comportamento desta forma de tributação.

COMPARAÇÃO POR IMPOSTO NO LUCRO REAL TRIMESTRAL

	IRPJ	Adicional de IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Totais
2004	84.106,20	44.070,80	50.292,98	41.419,28	190.779,72	410.668,99
2005	219.487,64	122.325,09	131.692,58	77.933,08	358.964,48	910.402,87
2006	242.867,46	137.911,64	144.861,84	85.726,38	394.860,92	1.006.228,25
2007	209.073,92	115.382,62	159.348,03	86.356,09	397.761,39	967.922,05
Totais	755.535,22	419.690,15	486.195,43	291.434,84	1.342.366,52	3.295.222,16

QUADRO 17 - COMPARAÇÃO REALIZADA POR IMPOSTO LUCRO REAL TRIMESTRAL

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do demonstrativo apresentado anteriormente, temos como inferir a respeito do comportamento desta modalidade de tributação, se ela seria mais vantajosa para a empresa nos exercícios estudados, e ainda diante dos dados levantados e calculados, podemos fazer análises concretas dessa forma de tributação.

O quadro 18 apresenta a comparação dos impostos na sistemática do lucro real anual nos anos estudados.

COMPARAÇÃO POR IMPOSTO NO LUCRO REAL ANUAL

	IRPJ	Adicional de IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Totais
2004	79.243,56	28.859,13	47.475,61	41.419,28	190.779,72	387.777,30
2005	219.487,64	122.325,09	131.692,58	77.933,08	358.964,48	910.402,87
2006	242.867,46	137.911,64	144.861,84	85.726,38	394.860,92	1.006.228,25
2007	209.073,92	115.382,62	159.348,03	86.356,09	397.761,39	967.922,05
Totais	750.672,58	404.478,48	483.378,06	291.434,84	1.342.366,52	3.272.330,48

QUADRO 18 - COMPARAÇÃO REALIZADA POR IMPOSTO lucro real anual

Fonte: Elaborado pela autora

Com o quadro 18 verifica-se de que forma essa modalidade de tributação influenciaria no resultado da obrigação tributária, para a empresa nos exercícios analisados, e diante dos dados levantados e calculados, extraem-se informações que auxiliam na tomada de decisão quanto à sistemática de tributação mais atrativa para a empresa, e em primeira análise, o lucro real mensal obteve a menor tributação.

VALORES TOTAIS CORRESPONDENTES A CADA TRIBUTAÇÃO

	2004	2005	2006	2007	TOTAL PAGO
LUCRO PRESUMIDO	906.907,15	1.183.730,35	1.304.503,39	1.437.353,72	4.832.494,62
LUCRO REAL TRIMESTRAL	410.668,99	910.402,87	1.006.228,25	967.922,05	3.295.222,16
LUCRO REAL ANUAL (MENSAL)	387.777,30	910.402,87	1.006.228,25	967.922,05	3.272.330,48

QUADRO 19 – Análise da Tributação mais vantajosa

Fonte: Elaborado pela autora

Com a análise da confrontação entre as modalidades de tributação estudadas pode-se verificar (quadro 19) que a maior diferença de obrigação tributária deu-se entre a forma de tributação do lucro presumido que foi na ordem de R\$ 4.832.494,62, com a do lucro real apurado mensalmente (anual) o qual representou uma quantia na ordem de R\$ 3.272.330,48, resultando numa diferença de R\$ 1.560.164,14.

Variação de desembolso			
	Valores pagos		Variações
Lucro Presumido	R\$ 4.832.494,62		
Lucro Real Trimestral	R\$ 3.294.747,89	Lucro Presumido / Lucro Real Trimestral	47%
Lucro Real Mensal	R\$ 3.272.330,48	Lucro Presumido / Lucro Real Anual	48%
Lucro Real Trimestral/ Lucro Real Anual			1%

QUADRO 20 – Variação de desembolso

Fonte: A autora

Com o quadro 20 tem-se a possibilidade de verificar de forma mais clara a diferença de desembolso nas sistemáticas de tributação estudadas e a partir deste quadro vê-se que a diferença mais discrepante é entre o lucro presumido e o lucro real anual que obteve uma variação de 48%, ao passo que a diferença encontrada entre o lucro real trimestral e o lucro real anual (mensal) é de apenas 1%. Chegou-se a conclusão de que a modalidade de tributação mais vantajosa para a entidade seria a da sistemática do lucro real mensal ou até mesmo do lucro real trimestral, tendo em vista que a diferença de obrigação tributária entre elas quase não existe, mas sendo prudente optaria pelo lucro real anual (mensal), pela possibilidade de compensação integral de prejuízo, pois a opção pelo período de apuração anual, dá o benefício aos seus optantes.

Apenas a título de ressalva, deve-se deixar claro que esse estudo baseou-se em dados reais, porém em empresa com nome fictício. E ainda, tem-se a salientar que a melhor modalidade de tributação cabe aos administradores essa escolha, ainda devem ser obedecidas as regras previstas na legislação, e também este estudo deve ser utilizado como ferramenta gerencial de auxílio na tomada de decisão, auxiliando no controle e previsão das obrigações tributárias que foram objeto desse estudo. Os cálculos realizados para as análises dos anos estudados estão no anexo 3 no final desse estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho monográfico, teve como objetivo principal a elaboração do planejamento tributário, em uma empresa do ramo varejista de calçados, buscando confrontar as formas de tributação das quais a empresa pode optar: lucro real com apuração trimestral; lucro real apuração mensal ou lucro presumido, e ainda analisar os valores dos tributos: IR, CSLL, PIS e COFINS, na ótica das formas de tributação mencionada anteriormente.

A legislação tributária principalmente ao que cabem as contribuições do PIS e COFINS não-cumulativas, oneraram o contribuinte de forma relevante, tendo em vista que estas contribuições receberam um aumento considerável. O percentual aumentado dessas contribuições reflete diretamente nas pessoas jurídicas, que são optantes da modalidade de tributação do lucro real, e dessa forma reduzindo sua atratividade.

Outra observação importante é que, apesar do aumento nos tributos, foi regulamentada também a não-cumulatividade dos tributos (PIS e COFINS) na ótica do lucro real, algo que atrai as empresas, que na cadeia produtiva pagam elevados tributos por causa do pagamento em cascata dos mesmos, e com a não-cumulatividade, as entidades se beneficiam dos créditos tributários e conseguem desonerar a cadeia produtiva.

A não-cumulatividade exige que o gestor se atenha aos créditos tributários, dos quais a instituição tem direito, para que com isso, a empresa pague o que é realmente devido, e não recolha tributos mais do que o necessário.

Com o estudo a respeito da legislação e também do levantamento bibliográfico, sobre os objetivos desse trabalho, têm-se a expectativa de comprovar a melhor forma de tributação, para a empresa estudada, visando uma redução na carga tributária. Através das análises desse estudo, pode-se verificar que a melhor modalidade de tributação para a empresa de nome fictício “XWZ Comércio de Calçados Ltda”, é a do lucro real anual (mensal), pois concede a empresa um melhor resultado contábil e conseqüentemente uma menor obrigação tributária.

Através do estudo realizado a cerca do planejamento tributário para uma empresa do ramo varejista de calçados, foi verificado que essa ferramenta de auxílio gerencial se fez presente mostrando sua grande importância, tendo em vista que a diferença entre as formas de tributação dos valores extremos foi na ordem de R\$ 1.560.164,14 valor este que os gestores da entidade devem mensurar o custo benefício da escolha entre as modalidades de tributação abordadas nesse estudo e tomarem a decisão com o respaldo do estudo oferecido.

A colaboração dessa pesquisa está direcionada para o conhecimento da área contábil, administrativa, financeira e fiscal, constitui em demonstrar a relevância da elaboração de um planejamento tributário para uma entidade do ramo calçadista, para o auxílio na tomada de decisão do gestor da instituição à escolha menos onerosa da modalidade de tributação.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Cláudio Felisoni de. **Varejo: modernização e perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1994.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário Brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES, Henrique Elias. **Noções de metodologia e pesquisa científica**. Disponível em: http://psi.lsi.cefetmg.br/moodle/file.php/1/moddata/forum/1/293/Seminario_Metodologia_Pesquisa_Cientifica_-Henrique_20060503.ppt#365,29,Estudo de Caso. Acesso em 27/07/2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988, 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BRASIL, **Decreto-Lei nº. 1.598, de 26 de dezembro de 1977**. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em: <http://www.infoconsult.com.br/legisla%E7%E3o/decreto%20lei/1977/DECRETO-LEI%20N%BA%201.598,%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.htm>. Acesso em: 16/07/2006.

BRASIL, **Decreto-Lei nº. 3.000, 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.infoconsult.com.br/legisla%E7%E3o/decreto%20lei/1977/DECRETO-LEI%20N%BA%201.598,%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.ht>. Acesso em: 16/07/2006.

BRASIL, **Decreto-Lei nº. 5.844, 23 de setembro de 1943**. Dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda. Disponível em: <http://www.infoconsult.com.br/legisla%E7%E3o/decreto%20lei/1977/DECRETO->

[LEI%20N%BA%201.598,%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1977/201977.htm).

Acesso em: 16/07/2006.

BRASIL, **Instrução Normativa SRF nº. 025, de 25 de fevereiro de 1999**. Dispõe sobre o tratamento tributário das variações monetárias, nos casos que especifica. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/ant2001/1999/in02599.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Complementar nº. 70, de 30 de dezembro de 1991**. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2006.

BRASIL, **Lei Complementar nº. 7, de 7 de setembro de 1970**. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 4.154, de 28 de novembro de 1962**. Dispõe sobre a legislação de rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 15/07/2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 15/07/2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 7.450, de 23 de dezembro de 1985**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 15/07/2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 8.383, de 30 de dezembro de 1991**. Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 15/07/2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 9.065, de 20 de junho de 1995**. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº. 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003**. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 8.981, de 20 de janeiro de 1995**. Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9430.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995**. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Alterada pela Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Alterada pela Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003 Alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 8.981, de 20 de janeiro de 1995**. Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 9.317, de 05 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Lei Ordinária nº. 10.684, de 30 de maio de 2003**. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei931796.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário Nacional – CTN. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

BRASIL, **Medida Provisória nº. 275, de 29 de Dezembro de 2005**. Altera a Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe

que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/legislacao/mp275_2005.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

BRASIL, **Medida Provisória nº. 2.158-35, de 24 de Agosto de 2001**. Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. Alterada pela Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/MPs/mp2158-35.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2006.

CAMPOS, Cândido H. **Planejamento tributário imposto de renda pessoas jurídicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DE OLHO NO IMPOSTO. **Cidadão desconhece que paga imposto sobre tudo o que recebe, consome e adquire**. Disponível em: <<http://www.deolhoimposto.org.br/pesquisa.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2006.

CONSTANTINO, Rodrigo. **O peso dos impostos**. Disponível em: <<http://danielpaixao.spaces.msn.com/blog/cns!8DD7C834996F1FC!148.entry?>>. Acesso em: 27 de junho de 2005.

CUNHA, Lillian. **Azaléia vai à china**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. **Manual jurídico da empresa**. Brasília: Brasília Jurídica Ltda, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini aurélio século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GIOVINAZZO, Renata A. **Focus Group em Pesquisa qualitativa – fundamentos e Reflexões**. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art24/renata2.htm>. Acesso em: 13de dez. de 2005. (Volume 2 - Número 4 (outubro/novembro/dezembro - 2001)).

HENDRIKSEN, Eldon S. (Eldon Sende); VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 550p.

IOB – Informações objetivas. **Custos de empresas comerciais** (1º parte). In: __. Boletim temática contábil e balanços. n. 34, p. 1-7, 1998.

JUCIUS, Michael James; SCHLENDER, William E. **Introdução à administração: elementos de ação administrativa**. São Paulo: Atlas, 1976. 557p

LATORRACA, Nilton. **Legislação tributária: uma introdução ao planejamento tributário**. São Paulo: Atlas, 1980.

MARTINEZ, Manuel Perez. **O Contador diante do planejamento tributário e da lei antielisiva**. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://tributarista.org.br/content/estudos/ocontador.html>>. Acesso em: 25. abril . 2005.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais e fundo de comércio**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NETTO, Antonio Delfim. Artigo - **A Esperança Frustrada**. Revista Carta Capital. ed. Confiança, 2006.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Frase, 2002.

OLIVEIRA, Cezar A. **Decorrência da teoria neoclássica**. Disponível em: <<http://www.professorcezar.adm.br/textos/decorrenciateorianeoclássica.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2005.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Os tributos no Brasil**. Disponível em: < [http: / WWW.PORTALTRIBUTARIO.COM.BR](http://WWW.PORTALTRIBUTARIO.COM.BR)> .Acesso em: 22 de junho de 2005.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia de pesquisa aplicada às Ciências Sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (ORG). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, José Roberto Ribeiro dos; VALDESUSO, Carlos. **Planejamento estratégico e tático da informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: SCI, 1985. 238p.

TRIBUTUS – **Revista do sindicato nacional dos técnicos da Receita Federal / SINDIRECEITA**, 2005. ANO 4.

VEIGA, Alexandre Zoldan da e OLIVEIRA, Valcéllo Lourenço de. **Contabilidade Tributária II**. Apostila de aula do Curso de Ciências Contábeis. UFSC. Florianópolis, 2005/2, p.21.

WIGHT, Oliver W. **Guia para a excelência operacional: checklist para melhorar o desempenho das empresas**. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

WINKLER, Noé. **Imposto de Renda** – doutrina, comentários, decisões e atos administrativos, jurisprudência (Conselho de Contribuintes – Poder Judiciário). Baseado no regulamento baixado com o Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999 (republicado no Diário Oficial de 17 de junho de 1999). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ANEXO 1

1. *Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - [Lei 10.893/2004](#)*
2. *Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - [Lei 5.461/1968](#)*
3. *Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - [Lei 10.168/2000](#)*
4. *Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação"*
5. *Contribuição ao Funrural*
6. *Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955*
7. *Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT)*
8. *Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990*
9. *Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) - Lei 8.621/1946*
10. *Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993*
11. *Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942*
12. *Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) - Lei 8.315/1991*
13. *Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946*
14. *Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946*
15. *Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) - art. 9, I, da [MP 1.715-2/1998](#)*
16. *Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993*
17. *Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados)*
18. *Contribuição Confederativa Patronal (das empresas)*
19. *Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - [Lei 10.336/2001](#)*
20. *Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - [Emenda Constitucional 39/2002](#)*

21. *Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da [Medida Provisória 2228-1/2001](#) e [Lei 10.454/2002](#)*
22. *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - [Lei 9.311/1996](#)*
23. *Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal)*
24. *Contribuição Sindical Patronal (não se confunde com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo [578 da CLT](#), e a Confederativa foi instituída pelo [art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal](#) e é obrigatória em função da assembleia do Sindicato que a instituir para seus associados, independentemente da contribuição prevista na CLT)*
25. *Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS - [Lei Complementar 110/2001](#)*
26. *[Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social \(COFINS\)](#)*
27. *[Contribuição Social sobre o Lucro Líquido \(CSLL\)](#)*
28. *Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)*
29. *Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.*
30. *Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974*
31. *Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - [Lei 5.070/1966](#) com novas disposições da [Lei 9.472/1997](#)*
32. *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*
33. *Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) - art. 6 da [Lei 9998/2000](#)*
34. *Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do [Decreto-lei 1.437/1975](#) e [art. 10 da IN SRF 180/2002](#).*
35. *[Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços \(ICMS\)](#)*
36. *Imposto sobre a Exportação (IE)*
37. *Imposto sobre a Importação (II)*
38. *Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)*
39. *Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)*
40. *Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)*

41. *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e [jurídica](#))*
42. *Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)*
43. *[Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza \(ISS\)](#)*
44. *Imposto sobre Transmissão Bens Intervivos (ITBI)*
45. *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)*
46. *INSS Autônomos e Empresários*
47. *INSS Empregados*
48. *INSS Patronal*
49. *[IPI \(Imposto sobre Produtos Industrializados\)](#)*
50. *[Programa de Integração Social \(PIS\)](#) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)*
51. *Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro*
52. *Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - [Lei 10.870/2004](#)*
53. *Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - [Decreto Lei 1.899/1981](#)*
54. *Taxa de Coleta de Lixo*
55. *Taxa de Combate a Incêndios*
56. *Taxa de Conservação e Limpeza Pública*
57. *Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA - [Lei 10.165/2000](#)*
58. *Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - [Lei 10.357/2001](#), art. 16*
59. *Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)*
60. *Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - [Lei 7.940/1989](#)*
61. *Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária [Lei 9.782/1999](#), art. 23*
62. *Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - [Lei 10.834/2003](#)*
63. *Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - art. 12 da [MP 233/2004](#)*
64. *Taxa de Licenciamento Anual de Veículo*
65. *Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal*
66. *Taxa de Pesquisa Mineral DNPM - Portaria Ministerial 503/1999*
67. *Taxa de Serviços Administrativos – TSA – Zona Franca de Manaus - [Lei 9960/2000](#)*
68. *Taxa de Serviços Metrológicos - art. 11 da [Lei 9933/1999](#)*

69. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)

70. Taxa de Outorga e Fiscalização - Energia Elétrica - art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da [Lei 9.427/1996](#)

71. Taxa de Outorga - Rádios Comunitárias - art. 24 da [Lei nº 9.612/98](#) e nos art. 7 e 42 do [Decreto 2.615/1998](#)

72. Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários - art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da [Lei 10.233/2001](#)

73. Taxas de Saúde Suplementar - ANS - [Lei 9.961/2000](#), art. 18

74. Taxa de Utilização do MERCANTE - [Decreto 5.324/2004](#)

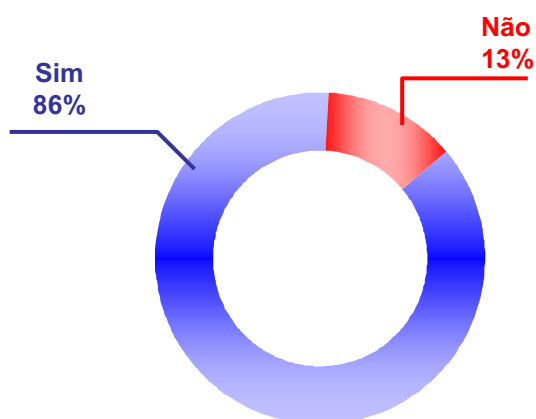
75. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)

76. Taxa Processual Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - [Lei 9.718/1998](#)

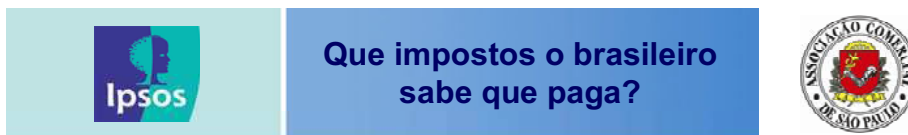
[Nota: Laudêmio, Pedágio, Aforamento e Tarifas Públicas não são considerados tributos.](#)

(Fonte: www.portaltributario.com.br – acesso 22/06/05)

ANEXO 2



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005

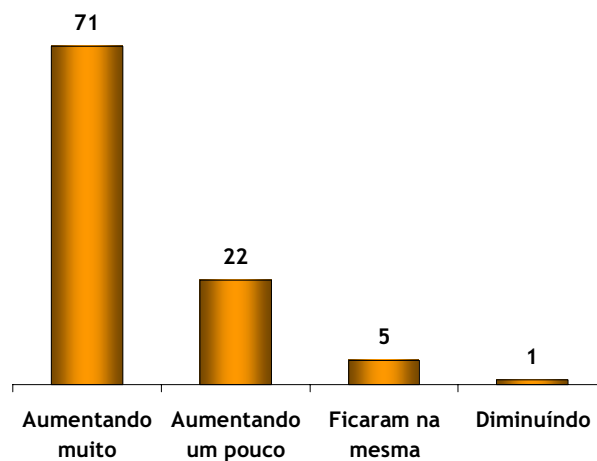


	%
IPTU	68
Imposto sobre energia elétrica	32
IPVA	28
Imposto sobre água	27
Imposto sobre alimentação / Bebidas	18
Imposto sobre mercadorias / Produtos	15
ICMS	14
Imposto sobre telefone	13
CPMF / Transação financeira	11
Imposto de renda / IRRF	10
Taxa do lixo	9
INSS / Previdência social / INPS	7
Imposto sobre vestuário / Calçados	6
IPI	2
ISS	2
Imposto sobre transporte	2
Imposto sobre estabelecimento comercial	2
OUTROS	16

Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



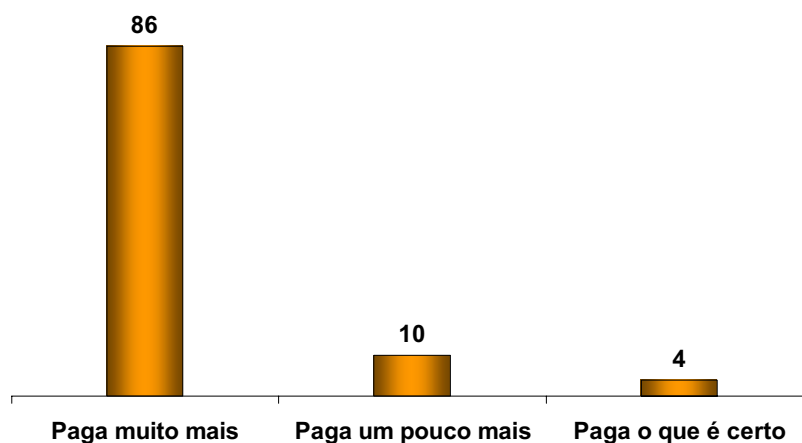
Nos últimos anos, os impostos no Brasil vêm aumentando?



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



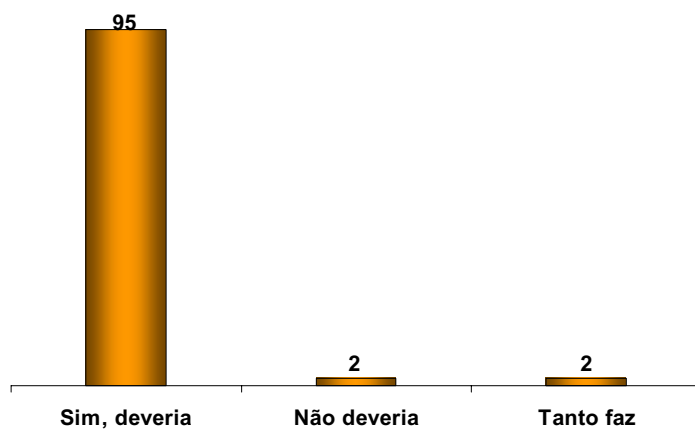
O brasileiro paga mais ou menos imposto do que deveria?



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



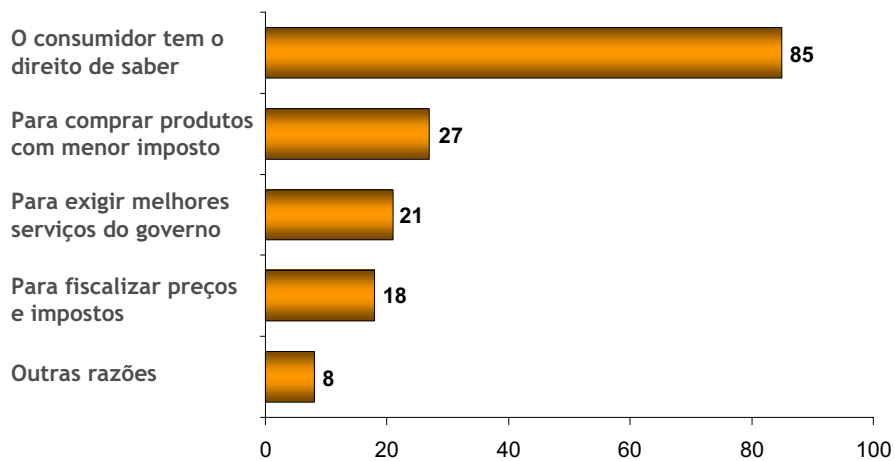
O consumidor deve ser informado dos impostos embutidos no preço dos produtos e serviços?



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



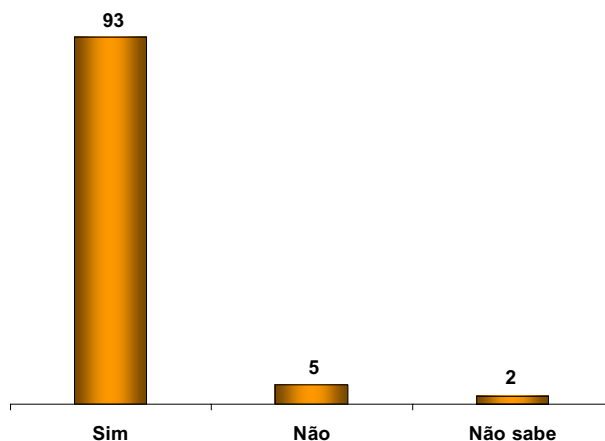
O consumidor tem o direito de saber o quanto paga de impostos?



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



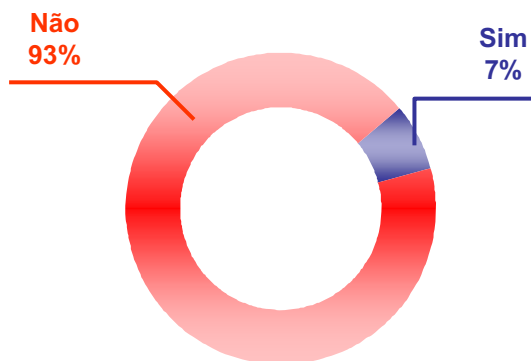
**Os brasileiros assinariam
uma lista para regulamentar
a divulgação dos impostos?**



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005



**O governo utiliza bem o
dinheiro que arrecada com
impostos?**



Fonte: IPSOS-OPINION, Pesquisa ACSP Impostos, março de 2005

ANEXO 3

LUCRO PRESUMIDO CÁLCULO DO IR E DA CSLL EXERCÍCIO DE 2004

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	1º. TRIM. 2004	2º. TRIM. 2004	3º. TRIM. 2004	4º. TRIM. 2004	TOTAL
IMPOSTO DE RENDA					
1)RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.308.779,70	3.522.597,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.357.789,43
2)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
3)BASE DE CÁLCULO (1-2)	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
4)COMÉRCIO - 8%	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
5)JUROS COBRADOS					
6)BASE DE CÁLCULO (4+5)	184.385,51	281.301,99	251.524,30	389.364,31	1.106.576,11
7)IRPJ DEVIDO:					
8)ALÍQUOTA DE 15%	27.657,83	42.195,30	37.728,64	58.404,65	165.986,42
9)ADICIONAL DE 10%	12.438,55	22.130,20	19.152,43	32.936,43	86.657,61
10)TOTAL IRPJ DEVIDO	40.096,38	64.325,50	56.881,07	91.341,08	252.644,03
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
BASE DE CÁLCULO	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
COMÉRCIO 12%	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	276.578,26	421.952,99	377.286,45	584.046,47	1.659.864,17
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78
TOTAL CSLL DEVIDO	24.892,04	37.975,77	33.955,78	52.564,18	149.387,78

Análise da Tributação com base na opção do lucro presumido

Descrição	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	TOTAIS
Receita - Venda de Mercadorias	2.308.779,70	3.522.597,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.357.789,43
(-) Devoluções e Abatimentos	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
(=) Base de Cálculo	2.304.818,83	3.516.274,93	3.144.053,74	4.867.053,90	13.832.201,40
1) Contribuições					0,00
1.1 PIS (0,65%)	14981,32	22855,79	20436,35	31635,85	89.909,31
1.2 COFINS (3%)	69144,56	105488,25	94321,61	146011,62	414.966,04
2) Valor a recolher (1.1 + 1.2)	84125,89	128344,03	114757,96	177647,47	504.875,35

EXERCÍCIO DE 2005

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	1º. TRIM. 2005	2º. TRIM. 2005	3º. TRIM. 2005	4º. TRIM. 2005	Total
IMPOSTO DE RENDA					
1) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.886.071,48	4.462.509,67	4.482.909,10	6.118.752,19	17.950.242,44
2) DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	3.698,84	1.981,96	0,00	0,00	5.680,80
3) BASE DE CÁLCULO (1-2)	2.882.372,64	4.460.527,71	4.482.909,10	6.118.752,19	17.944.561,64
4) COMÉRCIO - 8%	230.589,81	356.842,22	358.632,73	489.500,18	1.435.564,93
5) JUROS COBRADOS					
6) BASE DE CÁLCULO (4+5)	230.589,81	356.842,22	358.632,73	489.500,18	1.435.564,93
7) IRPJ DEVIDO:					
8) ALIQUOTA DE 15%	34.588,47	53.526,33	53.794,91	73.425,03	215.334,74
9) ADICIONAL DE 10%	17.058,98	29.684,22	29.863,27	42.950,02	119.556,49
10) TOTAL IRPJ DEVIDO	51.647,45	83.210,55	83.658,18	116.375,04	334.891,23
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
BASE DE CÁLCULO	2.886.071,48	4.462.509,67	4.482.909,10	6.118.752,19	17.950.242,44
COMÉRCIO 12%	346.328,58	535.501,16	537.949,09	734.250,26	2.154.029,09
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	346.328,58	535.501,16	537.949,09	734.250,26	2.154.029,09
CSLL DEVIDO:					
ALIQUOTA DE 9%	31.169,57	48.195,10	48.415,42	66.082,52	193.862,62
TOTAL CSLL DEVIDO	31.169,57	48.195,10	48.415,42	66.082,52	193.862,62

Análise da Tributação com base na opção do lucro presumido					
Descrição	1º. trim/05	2º. trim/05	3º. trim/05	4º. trim/05	TOTAIS
			-		
Receita - Venda de Mercadorias	2886071,48	4462509,67	4482909,10	6118752,19	17.950.242,44
(-) Devoluções e Abatimentos	3698,84	1981,96	0,00	0,00	5680,80
(=) Base de Cálculo	2882372,64	4460527,71	4482909,10	6118752,19	17944561,64
1) Contribuições					0,00
1.1 PIS (0,65%)	18735,42	28993,43	29138,91	39771,89	116.639,65
1.2 COFINS (3%)	86471,18	133815,83	134487,27	183562,57	538.336,85
2) Valor a recolher (1.1 + 1.2)	105206,60	162809,26	163626,18	223334,45	654.976,50

EXERCÍCIO DE 2006

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	1º. TRIM. 2006	2º. TRIM. 2006	3º. TRIM. 2006	4º. TRIM. 2006	Total
IMPOSTO DE RENDA					
1)RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.174.678,63	4.908.760,64	4.931.200,01	6.730.627,41	19.745.266,68
2)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	4.068,72	2.180,16	0,00	0,00	6.248,88
3)BASE DE CÁLCULO (1-2)	3.170.609,90	4.906.580,48	4.931.200,01	6.730.627,41	19.739.017,80
4)COMÉRCIO - 8%	253.648,79	392.526,44	394.496,00	538.450,19	1.579.121,42
5)JUROS COBRADOS					
6)BASE DE CÁLCULO (4+5)	253.648,79	392.526,44	394.496,00	538.450,19	1.579.121,42
7)IRPJ DEVIDO:					
8)ALÍQUOTA DE 15%	38.047,32	58.878,97	59.174,40	80.767,53	236.868,21
9)ADICIONAL DE 10%	19.364,88	33.252,64	33.449,60	47.845,02	133.912,14
10)TOTAL IRPJ DEVIDO	57.412,20	92.131,61	92.624,00	128.612,55	370.780,36
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
BASE DE CÁLCULO	3.174.678,63	4.908.760,64	4.931.200,01	6.730.627,41	19.745.266,68
COMÉRCIO 12%	380.961,44	589.051,28	591.744,00	807.675,29	2.369.432,00
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	380.961,44	589.051,28	591.744,00	807.675,29	2.369.432,00
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	34.286,53	53.014,61	53.256,96	72.690,78	213.248,88
TOTAL CSLL DEVIDO	34.286,53	53.014,61	53.256,96	72.690,78	213.248,88

Análise da Tributação com base na opção do lucro presumido					
Descrição	1º. trim/06	2º. trim/06	3º. trim/06	4º. trim/06	TOTAIS
			-		
Receita - Venda de Mercadorias	3.174.678,63	4.908.760,64	4.931.200,01	6.730.627,41	19.745.266,68
(-) Devoluções e Abatimentos	4.068,72	2.180,16		0,00	6.248,88
(=) Base de Cálculo	3.170.609,90	4.906.580,48	4.931.200,01	6.730.627,41	19.739.017,80
1) Contribuições					0,00
1.1 PIS (0,65%)	20608,96	31892,77	32052,80	43749,08	128303,62
1.2 COFINS (3%)	95118,30	147197,41	147936,00	201918,82	592170,53
2) Valor a recolher (1.1 + 1.2)	115727,26	179090,19	179988,80	245667,90	720474,15

EXERCÍCIO DE 2007

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	1º. TRIM. 2007	2º. TRIM. 2007	3º. TRIM. 2007	4º. TRIM. 2007	Total
IMPOSTO DE RENDA					
1)RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.492.146,49	5.399.636,70	5.424.320,01	7.403.690,15	21.719.793,35
2)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	4.475,60	2.398,17	0,00	0,00	6.873,77
3)BASE DE CÁLCULO (1-2)	3.487.670,89	5.397.238,53	5.424.320,01	7.403.690,15	21.712.919,58
4)COMÉRCIO - 8%	279.013,67	431.779,08	433.945,60	592.295,21	1.737.033,57
5)JUROS COBRADOS					
6)BASE DE CÁLCULO (4+5)	279.013,67	431.779,08	433.945,60	592.295,21	1.737.033,57
7)IRPJ DEVIDO:					
8)ALÍQUOTA DE 15%	41.852,05	64.766,86	65.091,84	88.844,28	260.555,04
9)ADICIONAL DE 10%	21.901,37	37.177,91	37.394,56	53.229,52	149.703,36
10)TOTAL IRPJ DEVIDO	63.753,42	101.944,77	102.486,40	142.073,80	410.258,39
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
BASE DE CÁLCULO	3.492.146,49	5.399.636,70	5.424.320,01	7.403.690,15	21.719.793,35
COMÉRCIO 12%	419.057,58	647.956,40	650.918,40	888.442,82	2.606.375,20
JUROS COBRADOS					
BASE DE CÁLCULO	419.057,58	647.956,40	650.918,40	888.442,82	2.606.375,20
CSLL DEVIDO:					
ALÍQUOTA DE 9%	37.715,18	58.316,08	58.582,66	79.959,85	234.573,77
TOTAL CSLL DEVIDO	37.715,18	58.316,08	58.582,66	79.959,85	234.573,77

Análise da Tributação com base na opção do lucro presumido					
Descrição	1º. Trim./07	2º. Trim./07	3º. Trim./07	4º. Trim./07	TOTAIS
			-		
Receita - Venda de Mercadorias	3.492.146,49	5.399.636,70	5.424.320,01	7.403.690,15	21.719.793,35
(-) Devoluções e Abatimentos	4.475,60	2.398,17		0,00	6.873,77
(=) Base de Cálculo	3.487.670,89	5.397.238,53	5.424.320,01	7.403.690,15	21.712.919,58
1) Contribuições					0,00
1.1 PIS (0,65%)	22669,86	35082,05	35258,08	48123,99	141133,98
1.2 COFINS (3%)	104630,13	161917,16	162729,60	222110,70	651387,59
2) Valor a recolher (1.1 + 1.2)	127299,99	196999,21	197987,68	270234,69	792521,56

LUCRO REAL

APURAÇÃO TRIMESTRAL DO IR, CSLL, PIS E COFINS

EXERCÍCIO DE 2004

CÁLCULO DA CSLL					
(Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	702.615,88	527.506,68
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		28.705,63		210.784,76	239.490,39
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	66.979,80	-42.369,11	491.831,12	288.016,29
7. (+) CSLL (9%)		6.028,18		44.264,80	50.292,98
8.(=) Total a pagar- (7+8)	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA					
(Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/04	2º. trim/04	3º. trim/04	4º. trim/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-228.425,52	95.685,43	-42.369,11	655.033,01	479.923,81
2. (+) Adições	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
2.3 - CSLL	0,00	6.028,18	0,00	44.264,80	50.292,98
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	-228.425,52	101.713,61	-42.369,11	699.297,81	530.216,79
5. (-) Compensação de prejuízos 30%		30.514,08		209.789,34	240.303,43
6. (=) Lucro Real	-228.425,52	71.199,53	-42.369,11	489.508,47	289.913,37
7. (+) Imposto 15%		10.679,93		73.426,27	84.106,20
8. (+) Adicional(X - R\$ 60.000,00) *10%		1.119,95		42950,85	44.070,80
9.(=) Total a pagar- (7+8)		11.799,88	0,00	116.377,12	128.177,00

PIS/ COFINS – LUCRO REAL TRIMESTRAL - 2004

CALCULO DE PIS/ COFINS LUCRO REAL					
	1º. Trim/2004	2º. Trim/2004	3º. Trim/2004	4º. Trim/2004	Total
RECEITA BRUTA					
(+) Vendas no mercado interno	2.308.779,70	3.488.577,36	3.151.276,46	5.375.135,91	14.323.769,43
(+) Vendas no mercado externo	0,00	34.020,00	0,00	0,00	34.020,00
(+ Rec. de aplicação financeira	10.733,44	19.656,15	15.947,34	10.958,20	57.295,13
sub- total	2.319.513,14	3.542.253,51	3.167.223,80	5.386.094,11	14.415.084,56
DEDUÇÕES					
(-) Dev.cancelamento de vendas	3.960,87	6.322,43	7.222,72	508.082,01	525.588,03
(-) Rec. de Aplic. Financeira	10.733,44	19.656,15	15.947,34	10.958,20	57.295,13
sub-total	14.694,31	25.978,58	23.170,06	519.040,21	582.883,16
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	1.977.027,34	3.179.551,22	2.754.809,28	3.410.554,04	11.321.941,88
(-) Compras para estoque	1.886.278,73	3.077.438,11	2.676.224,34	3.263.896,43	10.903.837,61
(-) Água	466,90	464,75	460,01	374,85	1.766,51
(-) Energia elétrica	44.369,28	37.425,44	28.803,98	31.555,95	142.154,65
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aluguel	21.879,54	37.826,04	25.464,77	81.192,10	166.362,45
(-) Condomínio	18.287,24	20.593,43	18.032,73	27.451,26	84.364,66
(-) Depreciação	5.025,65	5.043,45	5.043,45	5.043,45	20.156,00
(-) Despesas com contador	720,00	760,00	780,00	1.040,00	3.300,00
(=) Base de Cálculos	327791,49	336.723,71	389244,46	1456499,86	2.510.259,52
PIS (1,65%)	5408,56	5.555,94	6422,53	24032,25	41.419,28
COFINS (7,6%)	24912,15	25.591,00	29582,58	110693,99	190.779,72
PIS e COFINS a recolher	30320,71	31.146,94	36005,11	134726,24	232.199,01

APURAÇÃO TRIMESTRAL DO IR , CSLL, PIS E COFINS EXERCÍCIO DE 2005

CÁLCULO DA CSLL					
(Valores em R\$)		Períodos			
	1º. trim/05	2º. trim/05	3º. trim/05	4º. trim/05	total
1. Resultado do período antes do IR	85.656,01	501.999,20	512.149,69	349.011,27	1.448.816,17
2. (+) Adições	0,00	3.342,45	2.535,96	2.794,67	8.673,08
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	3.342,45	2.535,96	2.794,67	8.673,08
2.2 - Provisão Indedutível					
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	85.656,01	505.341,65	514.685,65	351.805,94	1.457.489,25
5. (-) Compensação de prejuízos 30%					
6. (=) Lucro Real	85.656,01	505.341,65	514.685,65	351.805,94	1.457.489,25
		590.997,66	1.105.683,31	1.457.489,25	
		53.189,79	99.511,50	131.174,03	
7. (+) CSLL (9%)	7.709,04	45.480,75	46.321,71	31.662,53	131.174,03
8.(=) Total a pagar- (7+8)	7.709,04	45.480,75	46.321,71	31.662,53	131.174,03

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA					
(Valores em R\$)	Períodos				TOTAL
	1º. trim/05	2º. trim/05	3º. trim/05	4º. trim/05	
1. Resultado do período antes do IR	72.455,10	467.253,46	465.827,98	317.348,74	1.322.885,27
2. (+) Adições	7.165,89	49.884,90	48.857,67	34.457,20	140.365,66
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	3.342,45	2.535,96	2.794,67	8.673,08
2.2 - Provisão Indedutível					
2.3 - CSLL	7.165,89	46.542,45	46.321,71	31.662,53	131.692,58
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	79.620,99	517.138,36	514.685,65	351.805,94	1.463.250,94
5. (-) Compensação de prejuízos					
6. (=) Lucro Real	79.620,99	517.138,36	514.685,65	351.805,94	1.463.250,94
		596.759,35	1.111.445,00	1.463.250,94	
		89.513,90	166.716,75	219.487,64	
7. (+) Imposto 15%	11.943,15	77.570,75	77.202,85	52.770,89	219.487,64
8. (+) Adicional(X - R\$ 60.000,00) *10%	1962,10	45713,84	45468,57	29180,59	122.325,09
9.(=) Total a pagar- (7+8)	13905,25	123284,59	122671,41	81951,48	341812,73

DEMONSTRAÇÃO DE CÁLCULO DE PIS/ COFINS					
LUCRO REAL					
	1º. Trim/2005	2º. Trim/2005	3º. Trim/2005	4º. Trim/2005	Total
RECEITA BRUTA					
(+) Vendas no mercado interno	2.886.071,48	4.165.125,73	4.482.909,10	6.118.752,19	17.652.858,50
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	42.696,61	39.473,92	45.306,27	38.566,75	166.043,55
sub- total	2.928.768,09	4.204.599,65	4.528.215,37	6.157.318,94	17.818.902,05
DEDUÇÕES					
(-) Dev.cancelamento de vendas	3.698,84	1.981,96	0,00		5.680,80
(-) Rec. De Aplic. Financeira	42.696,61	39.473,92	45.306,27	38.566,75	166.043,55
sub-total	46.395,45	41.455,88	45.306,27	38.566,75	17.647.177,70
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR					
(-) Compras para estoque	2.134.920,48	3.200.701,77	3.492.036,85	4.028.643,07	12.856.302,17
(-) Água	817,26	765,32	700,06	862,56	3.145,20
(-) Energia elétrica	59.339,15	48.369,87	47.734,89	49.750,86	205.194,77
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	107,00	0,00	107,00
(-) Aluguel	21.879,54	37.826,04	25.464,77	81.113,26	166.283,61
(-) Condomínio	19.208,93	19.725,12	13.187,56	13.253,18	65.374,79
(-) Depreciação	5.092,80	5.126,43	5.126,43	6.084,22	21.429,88
(-) Despesas com contador	780,00	860,00	900,00	1.200,00	3.740,00
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	167,06	167,06
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	59,21	59,21
(=) Base de Cálculos	640334,48	849769,22	897651,54	1937618,77	4325374,01
PIS (1,65%)	11784,34	14021,19	20156,83	31970,71	77933,08
COFINS (7,6%)	54279,40	64582,46	92843,59	147259,03	358964,48
PIS e COFINS a recolher	66063,75	78603,65	113000,42	179229,74	436897,55

APURAÇÃO TRIMESTRAL DO IR , CSLL, PIS E COFINS
EXERCÍCIO DE 2006

CÁLCULO DA CSLL					
(Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/06	2º. trim/06	3º. trim/06	4º. trim/06	total
1. Resultado do período antes do IR	87.583,08	565.175,50	563.364,66	383.912,40	1.600.035,64
2. (+) Adições	0,00	3.676,70	2.789,56	3.074,14	9.540,39
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	3.676,70	2.789,56	3.074,14	9.540,39
2.2 - Provisão Indedutível					0,00
					0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	87.583,08	568.852,20	566.154,22	386.986,53	1.609.576,02
5. (-) Compensação de prejuízos 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. (=) Lucro Real	87.583,08	568.852,20	566.154,22	386.986,53	1.609.576,02
		656.435,27	1.222.589,49	1.609.576,02	
		59.079,17	110.033,05	144.861,84	
7. (+) CSLL (9%)	7.882,48	51.196,70	50.953,88	34.828,79	144.861,84
8.(=) Total a pagar- (7+8)	7.882,48	51.196,70	50.953,88	34.828,79	144.861,84

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA					
(Valores em R\$)	Períodos				
	1º. trim/06	2º. trim/06	3º. trim/06	4º. trim/06	TOTAL
1. Resultado do período antes do IR	79.700,60	517.655,50	515.200,34	352.157,75	1.464.714,18
2. (+) Adições	7.882,48	54.873,39	53.743,44	37.902,93	154.402,23
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	3.676,70	2.789,56	3.074,14	9.540,39
2.2 - Provisão Indedutível					
2.3 - CSLL	7.882,48	51.196,70	50.953,88	34.828,79	144.861,84
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	87.583,08	572.528,89	568.943,77	390.060,67	1.619.116,41
5. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. (=) Lucro Real	87.583,08	572.528,89	568.943,77	390.060,67	1.619.116,41
		660.111,97	1.229.055,74	1.619.116,41	
		99.016,80	184.358,36	242.867,46	
7. (+) Imposto 15%	13.137,46	85.879,33	85.341,57	58.509,10	242.867,46
8. (+) Adicional(X - R\$ 60.000,00) *10%	0,00	51.252,89	50.894,38	33.006,07	137.911,64
9.(=) Total a pagar- (7+8+9)	13.137,46	137.132,22	136.235,94	91.515,17	380.779,10

CALCULO DE PIS/ COFINS					
LUCRO REAL					
	1º .Trim/ 2006	2º .Trim/ 2006	3º .Trim/ 2006	4º. Trim/ 2006	Total
RECEITA BRUTA					
(+) Vendas no mercado interno	3.174.678,63	4.581.638,30	4.931.200,01	6.730.627,41	19.418.144,35
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	46.966,27	43.421,31	49.836,90	42.423,43	182.647,91
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub- total	3.221.644,90	4.625.059,62	4.981.036,91	6.773.050,83	19.600.792,26
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dev.cancelamento de vendas	4.068,72	2.180,16	0,00	0,00	6.248,88
(-) Rec. De Aplic. Financeira	46.966,27	43.421,31	49.836,90	42.423,43	182.647,91
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	51.035,00	45.601,47	49.836,90	42.423,43	188.896,79
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	2.466.241,98	3.644.712,01	3.943.783,32	4.599.246,76	14.653.984,06
(-) Compras para estoque	2.348.412,53	3.520.771,95	3.841.240,54	4.431.507,38	14.141.932,39
(-) Agua	898,99	841,85	770,07	948,82	3.459,72
(-) Energia elétrica	65.273,07	53.206,86	52.508,38	54.725,95	225.714,25
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	117,70	0,00	117,70
(-) Aluguel	24.067,49	41.608,64	28.011,25	89.224,59	182.911,97
(-) Condominio	21.129,82	21.697,63	14.506,32	14.578,50	71.912,27
(-) Depreciação	5.602,08	5.639,07	5.639,07	6.692,64	23.572,87
(-) Despesas com contador	858,00	946,00	990,00	1.320,00	4.114,00
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	183,77	183,77
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	65,13	65,13
(=) Base de Cálculos	704367,93	934746,14	987416,69	2131380,65	4757911,41
PIS (1,65%)	12962,78	15423,31	22172,51	35167,78	85726,38
COFINS (7,6%)	59707,34	71040,71	102127,95	161984,93	394860,92
PIS e COFINS a recolher	72670,12	86464,02	124300,46	197152,71	480587,31

APURAÇÃO TRIMESTRAL DO IR, CSLL, PIS E COFINS EXERCÍCIO DE 2007

CÁLCULO DA CSLL					
(Valores em R\$)	Períodos		3º. trim/07	4º. trim/07	total
	1º. trim/07	2º. trim/07			
1. Resultado do período antes do IR	96.341,39	621.693,05	619.701,12	422.303,64	1.760.039,20
2. (+) Adições	1.275,29	5.837,58	3.111,53	270,02	10.494,43
2.1 - Multas de Fiscais	1.275,29	5.837,58	3.111,53	270,02	10.494,43
2.2 - Provisão Indedutível					
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	97.616,68	627.530,64	622.812,65	422.573,66	1.770.533,63
5. (-) Compensação de prejuízos 30%					
6. (=) Lucro Real	97.616,68	627.530,64	622.812,65	422.573,66	1.770.533,63
		725.147,31	1.347.959,97	1.770.533,63	
		65.263,26	121.316,40	159.348,03	
7. (+) CSLL (9%)	8.785,50	56.477,76	56.053,14	38.031,63	159.348,03
8.(=) Total a pagar- (7+8)	8.785,50	56.477,76	56.053,14	38.031,63	159.348,03

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA					
(Valores em R\$)	Períodos		3º. trim/07	4º. trim/07	TOTAL
	1º. trim/07	2º. trim/07			
1. Resultado do período antes do IR	94.201,16	161.591,00	583.919,53	384.272,01	1.223.983,70
2. (+) Adições	10.060,79	62.315,34	59.164,67	38.301,65	169.842,45
2.1 - Multas de Fiscais	1.275,29	5.837,58	3.111,53	270,02	10.494,43
2.2 - Provisão Indedutível					
2.3 - CSLL	8.785,50	56.477,76	56.053,14	38.031,63	159.348,03
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos					
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.	104.261,95	223.906,34	643.084,20	422.573,66	1.393.826,15
5. (-) Compensação de prejuízos					
6. (=) Lucro Real	104.261,95	223.906,34	643.084,20	422.573,66	1.393.826,15
		328.168,30	971.252,49	1.393.826,15	
		49.225,24	145.687,87	209.073,92	
7. (+) Imposto 15%	15.639,29	33.585,95	96.462,63	63.386,05	209.073,92
8. (+) Adicional(X - R\$ 60.000,00) *10%	4.426,20	16.390,63	58.308,42	36.257,37	115.382,62
10.(=) Total a pagar- (7+8)	20.065,49	49.976,59	154.771,05	99.643,42	324.456,54

CALCULO DE PIS/ COFINS					
LUCRO REAL					
	1º. Trim/2007	2º. Trim/2007	3º. Trim/2007	4º. Trim/2007	Total
RECEITA BRUTA					
(+) Vendas no mercado interno	3.492.146,49	5.039.802,13	5.424.320,01	7.403.690,15	21.359.958,79
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	51.662,90	47.763,44	54.820,59	46.665,77	200.912,70
sub- total	3.543.809,39	5.087.565,58	5.479.140,60	7.450.355,92	21.560.871,48
DEDUÇÕES					
(-) Dev.cancelamento de vendas	4.475,60	2.398,17	0,00	0,00	6.873,77
(-) Rec. De Aplic. Financeira	51.662,90	47.763,44	54.820,59	46.665,77	200.912,70
sub-total	56.138,49	50.161,61	54.820,59	46.665,77	207.786,46
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	2.712.866,17	4.009.183,21	4.338.161,65	5.059.171,44	16.119.382,46
(-) Compras para estoque	2.583.253,78	3.872.849,14	4.225.364,59	4.874.658,11	15.556.125,63
(-) Água	988,88	926,04	847,07	1.043,70	3.805,69
(-) Energia elétrica	71.800,37	58.527,54	57.759,22	60.198,54	248.285,67
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	129,47	0,00	129,47
(-) Aluguel	26.474,24	45.769,51	30.812,37	98.147,04	201.203,17
(-) Condomínio	23.242,81	23.867,40	15.956,95	16.036,35	79.103,50
(-) Depreciação	6.162,29	6.202,98	6.202,98	7.361,91	25.930,15
(-) Despesas com contador	943,80	1.040,60	1.089,00	1.452,00	4.525,40
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	202,14	202,14
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	71,64	71,64
(=) Base de Cálculos	774804,72	1028220,76	1086158,36	2344518,71	5233702,55
PIS (1,65%)	12784,28	16965,64	17921,61	38684,56	86356,09
COFINS (7,6%)	58885,16	78144,78	82548,04	178183,42	397761,39
PIS e COFINS a recolher	71669,44	95110,42	100469,65	216867,98	484117,49

LUCRO REAL MENSAL
CÁLCULO DO IR, CSLL, PIS E COFINS
EXERCÍCIO DE 2004

CÁLCULO DA CSLL													
(Valores em R\$)	Períodos												
	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97	-10.205,58	-49.040,50	220.527,12	-46.803,44	528.892,30	527506,78
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Provisão Indedutível													
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos													
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej. (Mensal)	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97	-10.205,58	-49.040,50	220.527,12	-46.803,44	528.892,30	527506,78
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (acumulado)	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12	-126.068,70	-175.109,20	45.417,92	-1.385,52	527.506,78	
6. (-) Compensação de prejuízos				48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97			175.109,20		1.385,52	289057,12
7. (=) Lucro Real	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.205,58	-49.040,50	45.417,92	-46.803,44	527.506,78	238449,66
8- (=) LR Acumulado	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12	-126.068,70	-175.109,20	45.417,92	-1.385,52	527.506,78	
9- (=) CSLL Acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.087,61	0,00	47.475,61	
10. (-) CSLL - 9%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4087,61	0,00	43388,00	47475,61
11- (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.087,61	0,00	47.475,61	47.475,61

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA													
(Valores em R\$)	Períodos												
	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	total
1. Resultado do período antes do IR	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97	-10.205,58	-49.040,50	216.332,24	-46.803,44	485.504,21	479923,81
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	941,87	4.087,61	0,00	43.388,00	48667,4802
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	941,87	0,00	0,00	0,00	1191,87
2.2 - Provisão Indedutível													
2.3 - CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.087,61	0,00	43.388,00	47475,61
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos													
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97	-9.955,58	-48.098,63	220.419,85	-46.803,44	528.892,21	528591,29
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12	-125.818,70	-173.917,33	46.502,52	-300,92	528.591,29	
6. (-) Compensação de prejuízos				48.024,48	46.814,01	846,94	16.876,97			173.917,33		-300,92	286178,81
7. (=) Lucro Real	-117.885,08	-77.636,64	-32.903,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.955,58	-48.098,63	46.502,52	-46.803,44	528.591,29	241810,64
8- (=) LR Acumulado	-117.885,08	-195.521,72	-228.425,52	-180.401,04	-133.587,03	-132.740,09	-115.863,12	-125.818,70	-173.917,33	46.502,52	-300,92	528.290,37	
9- (=) Impodto Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.975,38	0,00	79.243,56	
10. (-) Imposto 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.975,38	0,00	72268,18	79243,56
11. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28859,13	28859,13
12- (=) Total a pagar- (7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.975,38	0,00	101.127,31	108102,68

CALCULO MENSAL DE PIS/ COFINS													
PERÍODO													
	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	TOTAL
RECEITA BRUTA													
(+) Vendas no mercado interno	622.357,50	740.832,92	945.589,28	1.195.179,53	1.289.214,85	1.004.182,98	1.086.196,62	1.122.114,46	942.965,38	1.257.554,51	1.826.958,93	2.290.622,47	14323769,43
(+) Vendas no mercado externo					4.320,00	29.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34020,00
(+ Rec. de aplicação financeira	0,00	412,64	10.320,80	8.812,47	5.907,50	4.936,18	4.205,69	6.152,36	5.589,29	1.463,23	7.275,91	2.219,06	57295,13
	622.357,50	741.245,56	955.910,08	1.203.992,00	1.299.442,35	1.038.819,16	1.090.402,31	1.128.266,82	948.554,67	1.259.017,74	1.834.234,84	2.292.841,53	14415084,56
DEDUÇÕES													0
(-) Dev.cancelamento de vendas	602,72	1.368,76	1.989,39	1.889,84	2.117,74	2.314,85	1.380,77	1.403,96	4.437,99	1.918,79	504.836,81	1.326,41	525588,03
(-) Rec. de Aplic. Financeira	0,00	412,64	10.320,80	8.812,47	5.907,50	4.936,18	4.205,69	6.152,36	5.589,29	1.463,23	7.275,91	2.219,06	57295,13
	602,72	1781,4	12310,19	10702,31	8025,24	7251,03	5586,46	7556,32	10027,28	3382,02	512112,72	3545,47	582883,16
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	492.072,86	484.317,55	1.000.636,93	1.011.662,48	1.221.455,42	946.433,32	720.088,96	1.008.276,69	1.026.443,63	812.844,66	1.186.696,00	1.411.013,38	11321941,88
(-) Compras para revenda	454.495,07	455.377,63	976.406,03	976.406,03	1.186.774,95	914.257,13	687.820,13	995.180,29	993.223,92	778.347,89	1.140.686,50	1.344.862,04	10903837,61
(-) Agua	103,63	235,79	127,48	166,64	115,56	182,55	157,31	151,35	151,35	217,54	157,31	0,00	1766,51
(-) Energia elétrica	16.670,78	11.475,97	16.222,53	15.397,73	12.689,32	9.338,39	8.641,54	9.445,69	10.716,75	10.965,52	11.990,34	8.600,09	142154,65
(-) Combustíveis e lubrificantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aluguel	10.939,77	10.939,77	0,00	11.669,98	13.776,83	12.379,23	13.940,17	0,00	11.524,60	12.090,67	23.662,07	45.439,36	166362,45
(-) Condominio	7.960,26	4.367,24	5.959,74	6.100,95	6.157,61	8.334,87	7.588,66	1.558,21	8.885,86	9.281,89	8.128,63	10.040,74	84364,66
(-) Depreciação	1.663,35	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	1.681,15	20156
(-) Despesas com contador	240,00	240,00	240,00	240,00	260,00	260,00	260,00	260,00	260,00	260,00	390,00	390,00	3300
(=) Base de Cálculos	129681,92	255146,61	-57037,04	181627,21	69961,69	85134,81	364726,89	112433,81	-87916,24	442791,06	135426,12	878282,68	2510259,52
PIS (1,65%)	2139,75	4209,92	0,00	2996,85	1154,37	1404,72	6017,99	1855,16	0,00	7306,05	2234,53	14491,66	41419,28
COFINS (7,6%)	9855,83	19391,14	0,00	13803,67	5317,09	6470,25	27719,24	8544,97	0,00	33652,12	10292,39	66749,48	190779,72
PIS e COFINS a recolher	11995,58	23601,06	0,00	16800,52	6471,46	7874,97	33737,24	10400,13	0,00	40958,17	12526,92	81241,15	232199,01

CÁLCULO DO IR , CSLL, PIS E COFINS
EXERCÍCIO DE 2005

CÁLCULO DA CSLL													
Períodos 2005													
(Valores em R\$)	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
1. Res. do período antes do IR	9.787,05	4.249,46	65.584,47	125.026,60	229.299,21	159.470,10	210.022,39	160.740,62	141.386,68	94.791,67	28.629,68	225.589,92	1.454.577,85
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053,96	2.288,49	0,00	2.535,96	0,00	713,69	1.857,82	223,16	8.673,08
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053,96	2.288,49	0,00	2.535,96	0,00	713,69	1.857,82	223,16	8.673,08
2.2 - Provisão Indedutível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - CSLL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej	9.787,05	4.249,46	65.584,47	125.026,60	230.353,17	161.758,59	210.022,39	163.276,58	141.386,68	95.505,36	30.487,50	225.813,08	1.463.250,93
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	9.787,05	14.036,51	79.620,98	204.647,58	435.000,75	596.759,34	806.781,73	970.058,31	1.111.444,99	1.206.950,35	1.237.437,85	1.463.250,93	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. (=) Lucro Real	9.787,05	4.249,46	65.584,47	125.026,60	230.353,17	161.758,59	210.022,39	163.276,58	141.386,68	95.505,36	30.487,50	225.813,08	1.463.250,93
8. (=) lucro Real Acumulado	9.787,05	14.036,51	79.620,98	204.647,58	435.000,75	596.759,34	806.781,73	970.058,31	1.111.444,99	1.206.950,35	1.237.437,85	1.463.250,93	
9- (=) CSLL Acumulada	880,83	1.263,29	7.165,89	18.418,28	39.150,07	53.708,34	72.610,36	87.305,25	100.030,05	108.625,53	111.369,41	131.692,58	
7. (-) CSLL 9%	880,83	382,45	5.902,60	11.252,39	20.731,79	14.558,27	18.902,02	14.694,89	12.724,80	8.595,48	2.743,88	20.323,18	131.692,58
8- (=) Total a pagar- (7+8)	880,83	1.263,29	7.165,89	18.418,28	39.150,07	53.708,34	72.610,36	87.305,25	100.030,05	108.625,53	111.369,41	131.692,58	131.692,58

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA													
(Valores em R\$)	Períodos												total
	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	
1. Res. do período antes do IR	8.906,22	3.867,01	59.681,87	113.774,21	208.567,42	144.911,83	191.120,37	146.045,73	128.661,88	86.196,19	25.885,81	205.266,74	1.322.885,27
2. (+) Adições	880,83	382,45	5.902,60	11.252,39	21.785,75	16.846,76	18.902,02	17.230,85	12.724,80	9.309,17	4.601,70	20.546,34	140.365,66
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053,96	2.288,49	0,00	2.535,96	0,00	713,69	1.857,82	223,16	8.673,08
2.2 - Provisão Indedutível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - CSSL	880,83	382,45	5.902,60	11.252,39	20.731,79	14.558,27	18.902,02	14.694,89	12.724,80	8.595,48	2.743,88	20.323,18	131.692,58
3. (-) Exclusões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	9.787,05	4.249,46	65.584,47	125.026,60	230.353,17	161.758,59	210.022,39	163.276,58	141.386,68	95.505,36	30.487,50	225.813,08	1463250,94
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	9.787,05	14.036,52	79.620,99	204.647,59	435.000,76	596.759,35	806.781,74	970.058,32	1.111.445,00	1.206.950,36	1.237.437,86	1.463.250,94	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. (=) Lucro Real	9.787,05	4.249,46	65.584,47	125.026,60	230.353,17	161.758,59	210.022,39	163.276,58	141.386,68	95.505,36	30.487,50	225.813,08	1463250,94
8. (=) LR Acumulado	9.787,05	14.036,52	79.620,99	204.647,59	435.000,76	596.759,35	806.781,74	970.058,32	1.111.445,00	1.206.950,36	1.237.437,86	1.463.250,94	
9. (=) Imposto de IRPJ Acumulado	1.468,06	2.105,48	11.943,15	30.697,14	65.250,11	89.513,90	121.017,26	145.508,75	166.716,75	181.042,55	185.615,68	219.487,64	
11. (-) Imposto 15%	1.468,06	637,42	9.837,67	18.753,99	34.552,98	24.263,79	31.503,36	24.491,49	21.208,00	14.325,80	4.573,13	33.871,96	219487,64
12. (=) Adicional Acumulado	0,00	0,00	1.962,10	12.464,76	33.500,08	47.675,93	66.678,17	81.005,83	93.144,50	100.695,04	101.743,79	122.325,09	
13. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	1.962,10	10.502,66	21.035,32	14.175,86	19.002,24	14.327,66	12.138,67	7.550,54	1.048,75	20.581,31	122.325,09
14. (=) Total a pagar- (7+8)	1.468,06	637,42	11.799,77	29.256,65	55.588,29	38.439,65	50.505,60	38.819,15	33.346,67	21.876,34	5.621,88	54.453,27	341812,73
15. (=) Total Acumulado	1.468,06	2.105,48	13.905,25	43.161,90	98.750,19	137.189,84	187.695,43	226.514,58	259.861,25	281.737,59	287.359,46	341.812,73	

	PERÍODO												
	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	TOTAL
RECEITA BRUTA													
(+) Vendas no mercado interno	913.420,63	902.421,80	1.070.229,05	1.319.635,24	1.703.741,95	1.141.748,54	1.604.513,19	1.520.422,53	1.357.973,38	1.563.793,68	1.635.132,71	2.919.825,80	17652858,5
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
(+ Rec. de aplicação financeira	9.239,60	11.630,05	21.826,96	14.712,12	17.399,55	7.362,25	11.201,55	9.858,56	24.246,16	15.324,68	15.744,06	7.498,01	166043,55
	922660,23	914051,85	1092056,01	1334347,36	1721141,5	1149110,79	1615714,74	1530281,09	1382219,54	1579118,36	1650876,77	2927323,81	17818902,05
DEDUÇÕES													0
(-) Dev.cancelamento de vendas	394,58	1.742,59	1.561,67	1.981,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5680,8
(-) Rec. de Aplic. Financeira	9.239,60	11.630,05	21.826,96	14.712,12	17.399,55	7.362,25	11.201,55	9.858,56	24.246,16	15.324,68	15.744,06	7.498,01	166043,55
	9634,18	13372,64	23388,63	16694,08	17399,55	7362,25	11201,55	9858,56	24246,16	15324,68	15744,06	7498,01	17647177,7
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	522.636,47	576.866,14	1.142.535,55	1.130.769,76	1.260.082,72	922.522,07	671.597,49	1.231.712,07	1.681.948,00	1.212.390,10	1.521.881,65	1.446.861,67	13.321.803,69
(-) Compras para estoque	481.710,61	538.105,11	1.115.104,76	1.091.560,61	1.221.509,69	887.631,47	637.083,81	1.188.145,51	1.666.807,53	1.177.046,52	1.480.907,50	1.370.689,05	12856302,17
(-) Agua	296,74	328,01	192,51	252,03	220,64	292,65	220,64	279,89	199,53	239,17	227,67	395,72	3145,2
(-) Energia elétrica	21.445,23	19.096,60	18.797,32	18.791,98	15.968,22	13.609,67	11.743,82	23.153,02	12.838,05	14.245,61	14.885,77	20.619,48	205194,77
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,00	0,00	0,00	0,00	107
(-) Aluguel	10.939,77	10.939,77	0,00	11.669,98	13.776,83	12.379,23	13.940,17	11.524,60	0,00	12.090,67	23.622,80	45.399,79	166283,61
(-) Condominio	6.286,52	6.439,05	6.483,36	6.537,56	6.593,78	6.593,78	6.593,78	6.593,78	0,00	6.593,78	0,00	6.659,40	65374,79
(-) Depreciação	1.697,60	1.697,60	1.697,60	1.697,60	1.713,56	1.715,27	1.715,27	1.715,27	1.695,89	1.707,29	1.787,91	2.589,02	21429,88
(-) Despesas com contador	260,00	260,00	260,00	260,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	450,00	450,00	3740,00
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,06	0,00	0,00	167,06
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,21	59,21
(=) Base de Cálculos	390389,58	323813,07	-73868,17	186883,52	443659,23	219226,47	932915,70	288710,46	-323974,62	351403,58	113251,06	1472964,13	4325374,01
PIS (1,65%)	6441,43	5342,92	0,00	3083,58	7320,38	3617,24	15393,11	4763,72	0,00	5798,16	1868,64	24303,91	77933,08
COFINS (7,6%)	29669,61	24609,79	0,00	14203,15	33718,10	16661,21	70901,59	21941,99	0,00	26706,67	8607,08		

CÁLCULO DO IR , CSLL, PIS E COFINS
EXERCÍCIO DE 2006

CÁLCULO DA CSLL													
(Valores em R\$)	MESES 2006												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
1. Resultado do período antes do IR	10.765,76	4.674,41	72.142,92	137.529,26	252.229,13	175.417,11	231.024,63	176.814,68	155.525,35	104.270,84	31.492,65	248.148,91	1.600.035,64
2. (+) Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159,36	2.517,34	0,00	2.789,56	0,00	785,06	2.043,60	245,48	9.540,39
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159,36	2.517,34	0,00	2.789,56	0,00	785,06	2.043,60	245,48	9.540,39
2.2 - Provisão Indedutível													
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos													
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	10.765,76	4.674,41	72.142,92	137.529,26	253.388,49	177.934,45	231.024,63	179.604,24	155.525,35	105.055,90	33.536,25	248.394,39	1609576,02
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	10.765,76	15.440,16	87.583,08	225.112,34	478.500,83	656.435,27	887.459,90	1.067.064,14	1.222.589,49	1.327.645,39	1.361.181,64	1.609.576,02	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. (=) Lucro Real	10.765,76	4.674,41	72.142,92	137.529,26	253.388,49	177.934,45	231.024,63	179.604,24	155.525,35	105.055,90	33.536,25	248.394,39	1609576,02
8. (=) LR Acumulado	10.765,76	15.440,16	87.583,08	225.112,34	478.500,83	656.435,27	887.459,90	1.067.064,14	1.222.589,49	1.327.645,39	1.361.181,64	1.609.576,02	
9. (=) CSLL Acumulada	968,92	1.389,61	7.882,48	20.260,11	43.065,07	59.079,17	79.871,39	96.035,77	110.033,05	119.488,08	122.506,35	144.861,84	
7. (-) CSLL 9%	968,92	420,70	6.492,86	12.377,63	22.804,96	16.014,10	20.792,22	16.164,38	13.997,28	9.455,03	3.018,26	22.355,49	144861,84
8. (=) Total a pagar- (7+8)	968,92	420,70	6.492,86	12.377,63	22.804,96	16.014,10	20.792,22	16.164,38	13.997,28	9.455,03	3.018,26	22.355,49	144.861,84
15. (=) Total Acumulado	968,92	1.389,61	7.882,48	20.260,11	43.065,07	59.079,17	79.871,39	96.035,77	110.033,05	119.488,08	122.506,35	144.861,84	

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA													
(Valores em R\$)	MESES 2006												
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
1. Resultado do período antes do IR	9.796,84	4.253,71	65.650,05	125.151,63	230.583,52	161.920,35	210.232,41	163.439,86	141.528,07	95.600,87	30.517,99	226.038,89	1.464.714,18
2. (+) Adições	968,92	420,70	6.492,86	12.377,63	23.964,32	18.531,44	20.792,22	18.953,94	13.997,28	10.240,09	5.061,86	22.600,97	154.402,23
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.159,36	2.517,34	0,00	2.789,56	0,00	785,06	2.043,60	245,48	9.540,39
2.2 - Provisão Indedutível													
2.3 - CSLL	968,92	420,70	6.492,86	12.377,63	22.804,96	16.014,10	20.792,22	16.164,38	13.997,28	9.455,03	3.018,26	22.355,49	144.861,84
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos											0,00	0,00	0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	10.765,76	4.674,41	72.142,92	137.529,26	254.547,84	180.451,79	231.024,63	182.393,79	155.525,35	105.840,96	35.579,85	248.639,86	1619116,41
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	10.765,76	15.440,16	87.583,08	225.112,34	479.660,18	660.111,97	891.136,60	1.073.530,39	1.229.055,74	1.334.896,70	1.370.476,55	1.619.116,41	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. (=) Lucro Real	10.765,76	4.674,41	72.142,92	137.529,26	254.547,84	660.111,97	231.024,63	182.393,79	155.525,35	105.840,96	35.579,85	248.639,86	
8. (=) LR Acumulado	10.765,76	15.440,16	87.583,08	225.112,34	479.660,18	660.111,97	891.136,60	1.073.530,39	1.229.055,74	1.334.896,70	1.370.476,55	1.619.116,41	
9. (=) Imposto de IRPJ Acumulado	1.614,86	2.316,02	13.137,46	33.766,85	71.949,03	99.016,80	133.670,49	161.029,56	184.358,36	200.234,50	205.571,48	242.867,46	
11. (-) Imposto 15%	1.614,86	701,16	10.821,44	20.629,39	38.182,18	27.067,77	34.653,69	27.359,07	23.328,80	15.876,14	5.336,98	37.295,98	242867,46
12. (=) Adicional Acumulado	0,00	0,00	2.758,31	14.511,23	37.966,02	54.011,20	75.113,66	91.353,04	104.905,57	113.489,67	115.047,65	137.911,64	
13. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	2.758,31	11.752,93	23.454,78	16.045,18	21.102,46	16.239,38	13.552,53	8.584,10	1.557,99	22.863,99	137.911,64
14. (=) Total a pagar-(7+8)	1.614,86	701,16	13.579,75	32.382,32	61.636,96	43.112,95	55.756,16	43.598,45	36.881,34	24.460,24	6.894,96	60.159,97	380779,10
15. (=) Total Acumulado	1.614,86	2.316,02	15.895,77	48.278,08	109.915,05	153.027,99	208.784,15	252.382,60	289.263,94	313.724,17	320.619,14	380.779,10	

CALCULO MENSAL DE PIS/ COFINS

	PERÍODO												
	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	TOTAL
(+) Vendas no mercado interno	1.004.762,69	992.663,98	1.177.251,96	1.451.598,76	1.874.116,15	1.255.923,39	1.764.964,51	1.672.464,78	1.493.770,72	1.720.173,05	1.798.645,98	3.211.808,38	19.418.144,35
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	10.163,56	12.793,06	24.009,66	16.183,33	19.139,51	8.098,48	12.321,71	10.844,42	26.670,78	16.857,15	17.318,47	8.247,81	182.647,91
RECEITA BRUTA	1.014.926,25	1.005.457,04	1.201.261,61	1.467.782,10	1.893.255,65	1.264.021,87	1.777.286,21	1.683.309,20	1.520.441,49	1.737.030,20	1.815.964,45	3.220.056,19	19.600.792,26
DEDUÇÕES													
(-) Dev.cancelamento de vendas	434,04	1.916,85	1.717,84	2.180,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.248,88
(-) Rec. de Aplic. Financeira	10.163,56	12.793,06	24.009,66	16.183,33	19.139,51	8.098,48	12.321,71	10.844,42	26.670,78	16.857,15	17.318,47	8.247,81	182.647,91
	10.597,60	14.709,90	25.727,49	18.363,49	19.139,51	8.098,48	12.321,71	10.844,42	26.670,78	16.857,15	17.318,47	8.247,81	188.896,79
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	574.900,12	634.552,75	1.256.789,11	1.243.846,74	1.386.090,99	1.014.774,28	738.757,24	1.354.883,28	1.850.142,80	1.333.629,11	1.674.069,82	1.591.547,84	19.411.895,47
(-) Compras para estoque	529.881,67	591.915,62	1.226.615,24	1.200.716,67	1.343.660,66	976.394,62	700.792,19	1.306.960,06	1.833.488,28	1.294.751,17	1.628.998,25	1.507.757,96	14.141.932,39
(-) Água	326,41	360,81	211,76	277,23	242,70	321,92	242,70	307,88	219,48	263,09	250,44	435,29	3.459,72
(-) Energia elétrica	23.589,75	21.006,26	20.677,05	20.671,18	17.565,04	14.970,64	12.918,20	25.468,32	14.121,86	15.670,17	16.374,35	22.681,43	225.714,25
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70
(-) Aluguel	12.033,75	12.033,75	0,00	12.836,98	15.154,51	13.617,15	15.334,19	12.677,06	0,00	13.299,74	25.985,08	49.939,77	182.911,97
(-) Condomínio	6.915,17	7.082,96	7.131,70	7.191,32	7.253,16	7.253,16	7.253,16	7.253,16	0,00	7.253,16	0,00	7.325,34	71.912,27
(-) Depreciação	1.867,36	1.867,36	1.867,36	1.867,36	1.884,92	1.886,80	1.886,80	1.886,80	1.865,48	1.878,02	1.966,70	2.847,92	23.572,87
(-) Despesas com contador	286,00	286,00	286,00	286,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	495,00	495,00	4.114,00
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,77	0,00	0,00	183,77
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,13	65,13
(=) Base de Cálculos	429.428,54	356.194,38	-81.254,99	205.571,87	488.025,15	241.149,12	1.026.207,27	317.581,51	-356.372,08	386.543,94	124.576,17	1.620.260,54	4.757.911,41
PIS (1,65%)	7.085,57	5.877,21	0,00	3.391,94	8.052,42	3.978,96	16.932,42	5.240,09	0,00	6.377,97	2.055,51	26.734,30	85.726,38
COFINS (7,6%)	32.636,57	27.070,77	0,00	15.623,46	37.089,91	18.327,33	77.991,75	24.136,19	0,00	29.377,34	9.467,79	123.139,80	394.860,92
PIS e COFINS a recolher	39.722,14	32.947,98	0,00	19.015,40	45.142,33	22.306,29	94.924,17	29.376,29	0,00	35.755,31	11.523,30	149.874,10	480.587,31

CÁLCULO DO IR, CSLL, PIS E COFINS
EXERCÍCIO DE 2007

CÁLCULO DA CSLL													
(Valores em R\$)	jan/07	fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	TOTAL
1. Resultado do período antes do IR	11.842,33	5.141,85	79.357,21	151.282,19	277.452,04	192.958,82	254.127,09	194.496,15	171.077,88	114.697,92	34.641,91	272.963,80	1.760.039,20
2. (+) Adições	0,00	0,00	1.275,29	2.769,07	0,00	3.068,51	0,00	863,56	2.247,96	270,02		0,00	10.494,43
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	1.275,29	2.769,07	0,00	3.068,51	0,00	863,56	2.247,96	270,02	0,00	0,00	10.494,43
2.2 - Provisão Indedutível													
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1 - Dividendos Recebidos													
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej	11.842,33	5.141,85	80.632,50	154.051,26	277.452,04	196.027,33	254.127,09	195.359,72	173.325,85	114.967,94	34.641,91	272.963,80	1.770.533,63
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	11.842,33	16.984,18	97.616,68	251.667,94	529.119,98	725.147,31	979.274,40	1.174.634,12	1.347.959,97	1.462.927,91	1.497.569,82	1.770.533,63	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. (=) Lucro Real	11.842,33	5.141,85	80.632,50	154.051,26	277.452,04	196.027,33	254.127,09	195.359,72	173.325,85	114.967,94	34.641,91	272.963,80	1.770.533,63
8. (=) lucro Real Acumulado	11.842,33	16.984,18	97.616,68	251.667,94	529.119,98	725.147,31	979.274,40	1.174.634,12	1.347.959,97	1.462.927,91	1.497.569,82	1.770.533,63	
9- (=) CSLL Acumulada	1.065,81	1.528,58	8.785,50	22.650,11	47.620,80	65.263,26	88.134,70	105.717,07	121.316,40	131.663,51	134.781,28	159.348,03	
7. (-) CSLL 9%	1.065,81	462,77	7.256,93	13.864,61	24.970,68	17.642,46	22.871,44	17.582,37	15.599,33	10.347,11	3.117,77	24.566,74	159.348,03
8- (=) Total a pagar- (7+8)	1.065,81	462,77	7.256,93	13.864,61	24.970,68	17.642,46	22.871,44	17.582,37	15.599,33	10.347,11	3.117,77	24.566,74	159.348,03

CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA													
(Valores em R\$)	Períodos												
	jan/07	fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	TOTAL
1. Resultado do período antes do IR	10.776,52	4.679,18	78.745,46	137.417,58	252.481,36	-228.307,94	251.527,20	176.913,78	155.478,55	104.350,81	31.524,14	248.397,06	1.223.983,70
2. (+) Adições	1.065,81	462,77	8.532,22	16.633,69	24.970,68	20.710,97	22.871,44	18.445,94	17.847,29	10.617,14	3.117,77	24.566,74	169.842,45
2.1 - Multas de Fiscais	0,00	0,00	1.275,29	2.769,07	0,00	3.068,51	0,00	863,56	2.247,96	270,02			10.494,43
2.2 - Provisão Indedutível													0,00
2.3 - CSLI	1.065,81	462,77	7.256,93	13.864,61	24.970,68	17.642,46	22.871,44	17.582,37	15.599,33	10.347,11	3.117,77	24.566,74	159.348,03
3. (-) Exclusões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
3.1 - Dividendos Recebidos													0,00
4. (=) Lucro Real antes da comp. de prej.(Mensal)	11.842,33	5.141,95	87.277,68	154.051,27	277.452,04	-207.596,97	274.398,64	195.359,72	173.325,84	114.967,95	34.641,91	272.963,80	1393826,15
5. (=) Lucro Real antes da compensação de prejuízo (Acumulado)	11.842,33	16.984,28	104.261,95	258.313,22	535.765,26	328.168,30	602.566,93	797.926,65	971.252,49	1.086.220,44	1.120.862,35	1.393.826,15	
6. (-) Compensação de prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
7. (=) Lucro Real após a compensação	11.842,33	5.141,95	87.277,68	154.051,27	277.452,04	-225.239,43	274.398,64	195.359,72	173.325,84	114.967,95	34.641,91	272.963,80	
8. (=) LR Acumulado	11.842,33	16.984,28	104.261,95	258.313,22	535.765,26	328.168,30	602.566,93	797.926,65	971.252,49	1.086.220,44	1.120.862,35	1.393.826,15	
9. (=) Imposto de IRPJ Acumulado	1.776,35	2.547,64	15.639,29	38.746,98	80.364,79	49.225,24	90.385,04	119.689,00	145.687,87	162.933,07	168.129,35	209.073,92	
11. (-) Imposto 15%	1.776,35	771,29	13.091,65	23.107,69	41.617,81	-31.139,54	41.159,80	29.303,96	25.998,88	17.245,19	5.196,29	40.944,57	209073,92
12. (=) Adicional Acumulado	0,00	0,00	4.426,20	17.831,32	43.576,53	20.816,83	46.256,69	63.792,67	79.125,25	88.622,04	90.086,24	115.382,62	
13. (-) Adicional(X - R\$ 20.000,00) *10%	0,00	0,00	4.426,20	13.405,13	25.745,20	-22.759,70	25.439,86	17.535,97	15.332,58	9.496,79	1.464,19	25.296,38	115.382,62
14. (=) Total a pagar- (7+8)	1.776,35	771,29	17.517,85	36.512,82	67.363,01	-53.899,24	66.599,66	46.839,93	41.331,46	26.741,99	6.660,48	66.240,95	324456,54
15. (=) Total Acumulado	1.776,35	2.547,64	20.065,49	56.578,30	123.941,32	70.042,07	136.641,73	183.481,66	224.813,12	251.555,11	258.215,59	324.456,54	

CALCULO MENSAL DE PIS/ COFINS

	PERÍODO												
	jan/07	fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	total
RECEITA BRUTA													
(+) Vendas no mercado interno	1.105.238,96	1.091.930,38	1.294.977,15	1.596.758,64	2.061.527,76	1.381.515,73	1.941.460,96	1.839.711,26	1.643.147,79	1.892.190,35	1.978.510,58	3.532.989,22	21.359.958,79
(+) Vendas no mercado externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+ Rec. de aplicação financeira	11.179,92	14.072,36	26.410,62	17.801,67	21.053,46	8.908,32	13.553,88	11.928,86	29.337,85	18.542,86	19.050,31	9.072,59	200.912,70
	1.116.418,88	1.106.002,74	1.321.387,77	1.614.560,31	2.082.581,22	1.390.424,06	1.955.014,84	1.851.640,12	1.672.485,64	1.910.733,22	1.997.560,89	3.542.061,81	21.560.871,48
DEDUÇÕES													
(-) Dev.cancelamento de vendas	477,44	2.108,53	1.889,62	2.398,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.873,77
(-) Rec. de Aplic. Financeira	11.179,92	14.072,36	26.410,62	17.801,67	21.053,46	8.908,32	13.553,88	11.928,86	29.337,85	18.542,86	19.050,31	9.072,59	200.912,70
	11.657,36	16.180,89	28.300,24	20.199,84	21.053,46	8.908,32	13.553,88	11.928,86	29.337,85	18.542,86	19.050,31	9.072,59	207.786,46
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR	632.390,13	698.008,03	1.382.468,02	1.368.231,41	1.524.700,09	1.116.251,70	812.632,96	1.490.371,60	2.035.157,08	1.466.992,02	1.841.476,80	1.750.702,62	16.119.382,46
(-) Compras para estoque	582.869,84	651.107,18	1.349.276,76	1.320.788,34	1.478.026,72	1.074.034,08	770.871,41	1.437.656,07	2.016.837,11	1.424.226,29	1.791.898,08	1.658.533,75	15.556.125,63
(-) Agua	359,06	396,89	232,94	304,96	266,97	354,11	266,97	338,67	241,43	289,40	275,48	478,82	3.805,69
(-) Energia elétrica	25.948,73	23.106,89	22.744,76	22.738,30	19.321,55	16.467,70	14.210,02	28.015,15	15.534,04	17.237,19	18.011,78	24.949,57	248.285,67
(-) Combustíveis e lubrificantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,47	0,00	0,00	0,00	129,47
(-) Aluguel	13.237,12	13.237,12	0,00	14.120,68	16.669,96	14.978,87	16.867,61	13.944,77	0,00	14.629,71	28.583,59	54.933,75	201.203,17
(-) Condominio	7.606,69	7.791,25	7.844,87	7.910,45	7.978,47	7.978,47	7.978,47	7.978,47	0,00	7.978,47	0,00	8.057,87	79.103,50
(-) Depreciação	2.054,10	2.054,10	2.054,10	2.054,10	2.073,41	2.075,48	2.075,48	2.075,48	2.052,03	2.065,82	2.163,37	3.132,71	25.930,15
(-) Despesas com contador	314,60	314,60	314,60	314,60	363,00	363,00	363,00	363,00	363,00	363,00	544,50	544,50	4.525,40
(-) Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,14	0,00	0,00	202,14
(-) Cartório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,64	71,64
(=) Base de Cálculos	472.371,39	391.813,81	-89.380,49	226.129,06	536.827,67	265.264,03	1.128.828,00	349.339,66	-392.009,29	425.198,33	137.033,78	1.782.286,60	5.233.702,55
PIS (1,65%)	7.794,13	6.464,93	0,00	3.731,13	8.857,66	4.376,86	18.625,66	5.764,10	0,00	7.015,77	2.261,06	29.407,73	86.356,09
COFINS (7,6%)	35.900,23	29.777,85	0,00	17.185,81	40.798,90	20.160,07	85.790,93	26.549,81	0,00	32.315,07	10.414,57	135.453,78	397.761,39
PIS e COFINS a recolher	43.694,35	36.242,78	0,00	20.916,94	49.656,56	24.536,92	104.416,59	32.313,92	0,00	39.330,85	12.675,62	164.861,51	484.117,49